

MANDATO XII**ATA Nº. 3/2017****SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017**

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, nesta cidade de Braga, no Auditório do Instituto Português do Desporto e Juventude, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário.

MAIORIA LEGAL - A SR^a. PRESIDENTE DA MESA comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e cinco membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Maria Ester da Silva Taveira, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José Augusto Gonçalves Ferreira, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José

Eduardo Gouveia, José Miguel Ferreira da Silva, Catarina Lourenço Ribeiro, Emiliano Renato Araújo Novera, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Carla Maria da Costa e Cruz, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Luís Filipe Paiva da Mota Pedroso, João José da Costa Pires, Raquel Nair Carvalho Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Manuel Gomes de Oliveira, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, Álvaro Veiga Fernandes, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Manuel da Silva Dias, Carmindo João da Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Fernando José Ferreira Peixoto, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Romeu Taveira Gomes, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Marcelino Moreira de Sá e Pedro Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Hugo Alexandre Lopes Soares, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Carlos André da Silva Alves de Sá, António Joaquim Tavares Fidalgo e António Pedro Gonçalves Pereira. Passou-se à apresentação da* **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO DOIS BARRA DOIS MIL E DEZASSETE,**

DE DEZASSETE DE NOVEMBRO. *Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo Mandato, número dois barra dois mil e dezassete, referente à sessão ordinária de dezassete de novembro. Posta à votação foi a referida ata aprovada com duas abstenções.*

PONTO NÚMERO DOIS – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA RELATIVA AO PRIMEIRO SEMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSETE MUNICÍPIO DE BRAGA E EMPRESAS MUNICIPAIS. *Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo septuagésimo sétimo, da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, a análise económica e financeira, relativa ao primeiro semestre de dois mil e dezassete, do Município de Braga e das Empresas Municipais, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Registou-se a intervenção do Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., RICARDO MACHADO DE AZEVEDO, realçando que o documento que hoje lhes foi apresentado demonstrava a continuidade das boas práticas da gestão da coisa pública por parte deste executivo municipal, com uma herança pesada, não pelas melhores razões: O exercício de contrariar as dificuldades financeiras do município demonstrava, não só o sentido de responsabilidade, mas sobretudo, a execução dos compromissos assumidos com os bracarenses. Hoje, podiam afirmar: Braga das contas certas! Reduziram a dívida, mas não se coibiram de efetuar investimento prioritário em diversas áreas, nomeadamente o campo de tiro, acesso ao Parque Industrial de Sobreposta, complexo desportivo da Rodovia, Centros Escolares, Rua Nova de Santa Cruz e outras artérias e o investimento em todas, mas em todas as freguesias do concelho. A redução da dívida pública representava o caminho certo perante as*

atuais e futuras gerações, aliás, lembrando o seguinte pensamento: “O Futuro não é uma herança dos nossos pais, mas sim um empréstimo dos nossos filhos!”. Queria com isso dizer, que as políticas públicas assumidas hoje tinham de ter uma perspetiva clara sobre o amanhã, não condicionando as opções de executivos futuros com más opções de executivos no presente. O CDS sempre se afirmou com políticas públicas de compromisso geracional, ou seja, garantir investimentos certos, oportunos, prioritários com o objetivo claro de desenvolvimento do território e, aliado a isso, um crescimento económico sustentável e realista. Nada melhor para perceberem o não caminho, a não opção, a não política como recordar os fantasmas das políticas do passado com os pagamentos do presente. “São aquelas heranças anteriormente referidas como: os campos de futebol sintéticos, a piscina olímpica e, pasmem-se senhores deputados municipais, prestes a entrar no novo ano, corremos um sério risco de receber mais uma das novas/velhas faturas do passado”. Referia-se, naturalmente, aos processos judiciais relativos ao Estádio Municipal de Braga que remontavam a dois mil e quatro e que, caso fossem desfavoráveis à Câmara Municipal, iria contribuir para o aumento da dívida pública em cerca de dez milhões de euros! “Aproveitando o espírito natalício, permitam-me que vos diga, ano novo, roupagem velha, mas aquilo que mais pode sossegar os bracarenses é que esta será mais uma barreira a ser ultrapassada por este executivo, porque, o compromisso da coligação é de governar e gerir a coisa pública com responsabilidade e compromisso perante os bracarenses. Esta será, certamente, mais uma pedra de um caminho que se antevê longo, mas, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados Municipais, a resiliência e forma diferente de fazer política da coligação, irá permitir enterrar mais um dos esqueletos do Partido Socialista e das suas fracas heranças no que as contas públicas dizem respeito”. **PONTO**

NÚMERO TRÊS – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ANEXOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZOITO. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, proposta do Executivo Municipal, relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano e anexos, da Câmara Municipal, para o ano de dois mil e dezoito, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão, começou por usar da palavra a Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS, para destacar que “Ler este Plano de Atividades é um exercício algo curioso. Se não vejamos: é um documento que enumera, exaustivamente, uma a uma, dezenas e dezenas de atividades e projetos, que transitam para dois mil e dezoito e de outras, menos, que se inauguram no novo ano. Na verdade, ele podia até chamar-se “Glossário das Atividades da Câmara Municipal de Braga”, com um índice alfabético, para servir de guia a qualquer cidadão, que precisasse de saber, para se poder expressar junto da Câmara Municipal, o nome concreto do incentivo ao consumo de frutas e hortícolas junto das camadas mais jovens (Programa cinco ao Dia); ou quando se quisesse referir à promoção de hábitos alimentares saudáveis, incluindo iogurtes conseguisse fazê-lo de forma acertada (Projecto Curte Iogurte) ”. Este levantamento de atividades dizia, de qualquer forma, pouco sobre estratégias que seriam adotadas neste próximo ano e quais seriam as prioridades do município. Mesmo olhando para as Grandes Opções do Plano, podiam manter as mesmas dúvidas e as mesmas generalidades. Compreendiam que ficasse melhor na fotografia, dizer que, esta Câmara estava em cima de tudo e que só faltava prestar mais atenção ao espaço público (embora até esta afirmação, que tinham ouvido e*

lido tantas vezes, fosse ela própria bastante genérica); mas sabiam que eram vários os problemas por resolver e que surgiam novas dificuldades a cada dia de gestão de um concelho como Braga. Daí parecer-lhes que seria importante poderem, através deste documento, perceber, não só o que planeava a Câmara, continuar a fazer ou fazer pela primeira vez, mas a que velocidade e com que propósito concreto, e de que forma determinadas atividades estavam ligadas entre elas, de quais eram dependentes, do quê, e a quais poderiam dar lugar. Era com algum espanto, que viam mencionados alguns projetos, nomeadamente na área social, que conheciam e sabiam nada terem a ver com a Câmara Municipal. Eram várias as iniciativas e projetos elencados nesta área, mais ou menos avulsos e mais ou menos dependentes de fundos comunitários, fora aqueles que eram exclusivamente realizados por associações e IPSS. Infelizmente, por falta de resposta do Estado, representado pela Câmara Municipal a nível local, havia projetos e respostas que tinham sido asseguradas unicamente por terceiros; outras, ficavam por dar. No entanto, sabiam que a articulação com a Câmara Municipal e, ainda, através desta, com outras entidades e associações falhava, desde logo, pela passividade da Rede Social e falta de atividade das comissões inter-freguesias. Não era por estarem inscritas no Plano de Atividades, como até aqui estiveram, que elas passavam a funcionar e a responder ao tão necessário trabalho em rede de todos os elementos da ação social. Outro aspeto curioso, pareceu-lhes a referência à gestão escolar. Ainda na última sessão da Assembleia tiveram oportunidade de verificar a falta de atenção com a gestão escolar desta maioria, nomeadamente, no que aos profissionais não docentes dizia respeito, acerca da necessidade de contratar mais assistentes operacionais, para substituir os que terminaram o contrato no final do mês passado e neste mês. O mesmo poderia dizer da requalificação da Escola EB um de São Lázaro, que embora

tivesse sofrido atrasos por questões alheias à Câmara Municipal, deixava a descoberto falhas significativas de gestão e planeamento da obra. Em dois mil e dezasseis disseram que as obras iriam iniciar em dezembro de dois mil e dezasseis, embora as crianças já estivessem em contentores na Escola André Soares. Em dois mil e dezassete, depois das obras não iniciarem, o concurso só foi feito mais tarde, meses depois, em abril. Em abril o concurso teve que ser impugnado, porque o primeiro, afinal, não era para ser o primeiro. A Câmara perdeu o caso e aquele era o problema alheio à Câmara de que falava, atrasou mais meses. Hoje, os estudantes estavam pelo segundo ano letivo consecutivo em contentores, embora, o Sr. Presidente da Câmara em declarações públicas, dissesse que não lhe chocava que estivessem em contentores. Eles estavam bem naqueles contentores. Parecia-lhe que a opinião dos pais, que estavam, ali, hoje, representados, era bem diferente daquela do Sr. Presidente. Se este plano previa continuar o caminho, que nos últimos anos foi traçado no nosso município, então o seu texto servia meramente de uma soma de tudo o que acontecia no concelho, com ou sem iniciativa ou participação da Câmara; o enunciado de diversos programas apoiados por fundos comunitários; um rol de medidas avulsas que, todas juntas pareciam avolumar um qualquer plano geral que as unia, mas cuja articulação, no concreto, não se verificava. Continuavam a falar de transportes escolares, quando os autocarros, que faziam o transporte de estudantes, não cumpriam as normas previstas para serem transporte escolar de facto. Aguardavam a conclusão da Carta Educativa bem como do Projecto Educativo Local. Continuavam a assistir a uma tremenda confusão entre cultura e entretenimento, sendo que, grande parte da agenda cultural da Câmara era, na verdade, uma agenda de entreter, que deixava a cultura para os seus agentes, que tinham que se governar sozinhos na sua promoção. Educação e formação cultural

e artística era algo de que esta maioria provavelmente pouco ouviu falar. Se perguntassem à maioria dos bracarenses o que eram as Media Arts, provavelmente a esmagadora maioria não saberia responder: mas, o que importava era que iríamos ser Cidade Criativa da UNESCO nas Media Arts! Outra das áreas de intervenção destacada neste Plano de Atividades era a promoção de cidadania, que passava em grande parte por orçamentos participativos. Entendiam que a participação cidadã era promovida também pelo acolhimento das propostas espontâneas dos cidadãos, organizados em grupo ou em nome individual, e que era justamente esse acolhimento que incentivava mais participação, e, não apenas, com orçamentos que tinham servido mais para colmatar as necessidades que a Câmara não conseguia resolver, muitas das vezes clamando obras, requalificações e outras necessidades de infraestruturas, que podiam e deviam ser incluídas no orçamento geral da Câmara, depois de auscultadas as populações. Era esta proximidade que faltava no município: não bastava ter um balcão único aberto para dizer que os bracarenses estavam mais próximos da Câmara, como não bastava ter uma resposta mais rápida via email para dizer que uma relação de confiança e transparência foi conseguida entre o poder municipal e os cidadãos. Menosprezar a sua mobilização, as suas propostas, as suas opiniões, como aconteceu durante largos meses com o cinema São Geraldo, em que a posição assumida por um grupo ativo de cidadãos que se bateu contra a demolição do edifício, que chegou a ter inclusive a forma de petição, discutida em sede de Comissão da Assembleia Municipal, mereceu da parte de responsáveis do município comentários como, “até agora ninguém se preocupou”, “não há negociação possível” ou “estão agarrados a memórias do passado quando o edifício não tem qualquer tipo de valor patrimonial”, era o contrário de incentivar a cidadania! O mesmo menosprezo foi demonstrado

aquando dos protestos pela construção do Continente Bom Dia no terreno das Oficinas de São José na Rua vinte e cinco de Abril, processo sobre o qual, também, um agora responsável do município chegou a culpar a providência cautelar apresentada por aqueles cidadãos pela perda de postos de trabalho que nunca sequer estiveram em causa, tendo em conta que os trabalhadores que montaram a loja eram já funcionários do grupo SONAE noutros estabelecimentos comerciais. “Perdoem-nos, então, que nos soe a falsa esta preocupação com a participação cidadã, com a promoção de cidadania, quando no dia-a-dia é desta forma que a participação dos bracarenses tem sido prendada, já para não falar da negação de assessorias aos vereadores da oposição, que asseguraria um trabalho mais minucioso e mais regular, com meios mais adequados e que, de alguma forma, equilibrassem um pouco a discrepância de meios existentes hoje entre quem exerce o poder e quem o fiscaliza e acompanha, reforço que serviria de forma significativamente melhor, em primeiro lugar, os bracarenses, as populações, o bem público”. Mas esta maioria entendia que, por não ter tido assessorias no passado enquanto era oposição, então os vereadores da oposição hoje deviam sujeitar-se aos poucos meios que possuíam também. Claro que para quem estava habituado a ter os holofotes para si virados, páginas inteiras de jornais, diariamente, a publicitarem toda e qualquer movimentação da maioria do executivo municipal, imaginar que a oposição – que, da sua parte o diziam de consciência absolutamente tranquila, tinha sido essencial para escrutinar e fiscalizar o trabalho na Câmara Municipal e inclusivamente propor e encontrar soluções que beneficiavam as populações e o bem público – pudesse ter mais meios para intervir e trabalhar era cenário que rejeitavam liminarmente. Este orçamento surgia como a cereja no topo do bolo para esta maioria. No primeiro ano do seu segundo mandato, apresentavam um orçamento muito reforçado, nada

em linha com os anteriores. Um orçamento que ficava bem nos títulos dos jornais, que, à primeira vista, vinha responder aos anseios de maior investimento municipal. Com um crescimento de mais de vinte e um milhões de euros face ao ano anterior, ele totalizava cento e vinte e dois vírgula nove milhões de euros. Um aumento justificado com a entrada de fundos comunitários e com o investimento na requalificação do PEB, do Mercado Municipal, do Parque Escolar, do Eixo Desportivo da Rodovia e da Pousada para a Juventude, entre outros investimentos mais genéricos. O aumento da receita provinha, ainda, da arrecadação de impostos municipais, com especial destaque para a derrama, onde se previa um aumento significativo. No entanto, não conseguiam compreender este exercício de previsão, sendo que, de acordo com a análise económica e financeira do primeiro semestre de dois mil e dezassete do Município e das Empresas Municipais, esta taxa sofreu um decréscimo em comparação com o período homólogo do ano anterior. Ainda sobre impostos, podiam confirmar na mesma análise que a receita fruto da taxa de IMI sofreu um considerável aumento no primeiro semestre de dois mil e dezassete, o que vinha confirmar aquilo que diziam há anos e sobre o qual insistiam, há uns meses, e que o Presidente da Câmara contrariava insistentemente. Isto fazia-os recuar à proposta de baixar a taxa de IMI, gradualmente, por ser uma taxa cuja redução se faria sentir nos orçamentos familiares, ao contrário, por exemplo, da participação na taxa de IMI da qual a Câmara orgulhosamente abdicava. O peso dos impostos diretos no orçamento ganhava cada vez mais preponderância, o que não era de todo, a seu ver, aceitável. O caminho devia ser o da redução da carga fiscal e não o contrário. Mas, mesmo tendo em conta este aumento, continuavam sem perceber as contas que esta maioria fez para este documento previsional. Como se esperava um aumento tão significativo na receita que justificasse o aumento

verificado para o orçamento de dois mil e dezoito? A receita proveniente do IMI subia, mas, como já puderam verificar, a subida da derrama não era rigorosa. Não havia nada que explicasse este aumento exponencial de receita, nem mesmo os fundos comunitários, já que, mesmo admitindo verbas superiores ao ano anterior – altura em que já alguns já foram concretizados -, nunca seriam, nesta ordem de grandeza, para haver uma diferença de mais de dez milhões de euros em receitas correntes em relação ao ano transato. A confirmar-se esse aumento, no próximo mês de abril, no Relatório de Contas do ano de dois mil e dezassete, a taxa de execução da receita teria que ultrapassar os cem por cento para estar compatível com as previsões revistas em alta deste orçamento! Esclareceram que, para além da análise do primeiro semestre de dois mil e dezassete, a Câmara tinha já dados económicos e financeiros até ao dia vinte de novembro, que em tudo levavam a crer que ia haver um aumento exponencial da receita. Pois então, lá estariam em abril para avaliar esses cem, cento e dez ou cento e vinte por cento de taxa de execução da receita, que justificasse aquele reforço orçamental que ali lhes apresentaram! “Na verdade, este orçamento faz-nos lembrar os orçamentos de Mesquita Machado, os mesmos que Ricardo Rio tanto criticava no passado, onde, no papel, cabe tudo, se inflaciona tudo, se projeta, prevê tudo, o que é e o que não é para fazer. É um ato ilusionista e pouco digno para quem, desde o início do seu mandato, não se cansou de repetir que tinha acabado o tempo dos orçamentos para enganar meninos. Pois bem, nisso o Sr. Presidente da Câmara tem razão. Este orçamento, embora o tente, não engana meninos, nem meninas”. Debruçando-se sobre alguns aspetos deste orçamento, verificaram que, para a Proteção Civil e combate a incêndios, o valor previsto continuava a ser anedótico para um concelho desta dimensão e com a área florestal que tinha. A dotação orçamental para aquisição e grandes reparações de transportes era um claro

sinal de que dois mil e dezoito continuaria a não ser um ano em que a área da proteção civil fosse vista como prioritária. Os Bombeiros Sapadores de Braga poderiam continuar a sonhar com a perspectiva de poder vir a ter uma nova autoescada ou um novo veículo de desencarceramento; o que não poderiam era contar com esta maioria para estabelecer qualquer tipo de plano para tornar essas aquisições possíveis. De entre o vastíssimo rol de investimentos, obras e requalificações, desde escolas, a parques industriais, a ruas e estradas, o grosso do financiamento continuava a ser de fundos comunitários. Como já tiveram oportunidade de alertar várias vezes, esta dependência poderia resultar em atrasos significativos na implementação de todos estes projetos, se não mesmo adia-los até novo quadro de fundos comunitários caso por algum motivo não se concretizassem. Assim, a requalificação da Escola de Merelim São Pedro, na ordem dos duzentos e oitenta e dois mil euros ou a primeira fase da requalificação da margem esquerda do Rio Cávado, de quatrocentos mil euros, dependiam da execução de oitenta e cinco por cento do seu valor em fundos comunitários. O mesmo que acontecia na requalificação do PEB, do Mercado Municipal, da Escola de São Lázaro ou na requalificação dos espaços públicos no Bairro de Santa Tecla. As únicas diferenças entre uns e outros, era terem projetos aprovados ou não. Ou seja, esta maioria apostava em requalificações e obras cuja prioridade deixava de ter importância, para depender em exclusivo da disponibilidade financeira provinda destes fundos. Mas o mais curioso era mesmo o caso do Eco Parque das Sete Fontes. De um milhão de euros previstos para a aquisição e expropriação de terrenos, apenas duzentos mil tinham financiamento definido. De onde vinham, então, os restantes oitocentos mil euros? O que se podia fazer com os duzentos mil definidos? Atreviam-se a dizer que, juntando-os aos cinco mil que a Câmara reservou para a requalificação do Eco Parque das

Sete Fontes para dois mil e dezoito, serviria para pagar as avenças à equipa especializada que em junho esta maioria anunciou. Os bracarenses não poderiam, decerto, contar com a tão aclamada intervenção no Parque Monumental das Sete Fontes. Embora lhes tivesse parecido que ela iria arrancar dali a nada, em junho passado, na verdade, olhando para este orçamento e para estes oitocentos mil euros, ou mesmo para os cinco mil que a Câmara destinava à sua requalificação, podiam dizer, com certeza, que teriam que aguardar de novo. “Tendo em conta as dúvidas que já levantámos sobre o aumento exponencial, que se prevê da receita de dois mil e dezassete para acompanhar as previsões revistas em alta neste orçamento e o sem número de investimento que se aglutinou, desta vez, no orçamento que nos apresentam, aconselhamos mesmo que, para consolo, os bracarenses guardem estes papéis com carinho; pois, à exceção do Parque de Exposições e do Mercado Municipal, do resto, só poderão usufruir, durante os próximos anos, destas linhas escritas”. A segunda intervenção foi protagonizada pela Sr.^a Deputada do C.D.S.-P.P., ANA LEONOR PIZARRO BRAVO DA SILVA PEREIRA, para realçar que o grupo parlamentar do CDS-PP se congratulava pelo programa de atividades para dois mil e dezoito, o qual refletia a continuidade da política, que marcou o último mandato, em prol da mudança. Conforme se podia ler na introdução do plano, a atual maioria do executivo municipal iria reforçar a aposta no desenvolvimento de Braga, consolidando o trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos. Atualmente, falar em desenvolvimento implicava, por certo, falar de turismo. Braga, em particular, numa cidade marcada pelo sector terciário, o turismo assumia uma importância exponencial. Aliás, conforme se referia no plano: “é importante realçar que Braga tem todas as condições para continuar a fazer crescer este setor e afirmar-se no mapa do turismo religioso, do Barroco e do Romano e como porta de

entrada do Gerês, entre outros fatores de atratividade turística.” Pretendia-se, não só aproveitar a tendência de aumento do turismo, como desenvolver iniciativas que potenciasses esse aumento, beneficiando do natural desenvolvimento do sector. Realçavam, por exemplo, a participação em feiras nacionais e internacionais de turismo, como forma de garantir um envolvimento mais próximo junto dos operadores turísticos, contribuindo para a divulgação do destino “Braga”, considerando a necessidade deste concelho se afirmar no panorama nacional e regional neste sector. A este respeito, citavam uma notícia publicada no observador em dezassete de agosto do corrente ano, sob o título: “Turismo: Quase dois milhões visitam Porto e Norte no primeiro semestre”. Referia-se, nessa notícia que: “O Porto e Norte receberam um vírgula nove milhões de turistas durante o primeiro semestre de dois mil e dezassete, o que representa um crescimento de nove por cento de visitantes em relação ao mesmo período de dois mil e dezasseis.” Não menosprezando a importância de municípios vizinhos, Braga assumir-se-ia como um destino particular e não apenas como integrante num todo designado norte de Portugal. A singularidade de Braga e das suas ofertas estaria em voga neste novo mandato. De incontornável relevância seria a criação de um Conselho Consultivo de Desenvolvimento Turístico, órgão de natureza consultiva, visando implementar uma estratégia concertada entre entidades públicas e privadas, para o desenvolvimento do sector. Bem sabiam que estas ideias eram recorrentemente criticadas por quem entendia ter o dever de as criticar, não obstante o mérito das mesmas. Apesar disso, criam que tal ideia era de louvar na medida em que a criação de um órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de desenvolvimento e promoção turística de Braga seria um ponto essencial na prossecução do objetivo de desenvolvimento da Estratégia Turística

para Braga. Braga não era, contudo, principiante em matéria turística. Nos últimos quatro anos muito se fez para majorar a tendência nacional e regional de aumento turístico. Conforme era, certamente, do conhecimento de todos, nos últimos quatro anos, Braga tornou-se um destino incontornável no auto caravanismo e no campismo. O Parque de Campismo e Caravanismo de Braga assumiu-se como uma plataforma fundamental para o turismo neste concelho, registando um aumento do número de campistas e dormidas. Conforme se tinha noticiado, em dois mil e dezasseis o equipamento registou números recordes de dormidas e campistas. Efetivamente, tais números não ditariam a estagnação da aposta do Município neste sector, pois, conforme se referia no plano: “A implementação de uma estratégia eficaz para o acolhimento do Campismo/Caravanismo, passará pela contínua intervenção da autarquia na reabilitação e requalificação dos espaços físicos existentes”. Como bem saberiam, uma das preocupações aquando da recuperação do equipamento para campismo e caravanismo teve natureza ambiental. Com a atual maioria, Braga reconciliou-se com o ambiente, não só atendendo às suas obrigações legais, desde logo à alínea k), do número dois, do artigo vigésimo terceiro da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro (na sua atual redação), mas, também, numa perspetiva ideológica. Era vasto o arsenal de atividades desenvolvidas e em desenvolvimento em prol do ambiente. Começavam por sublinhar as ideias relacionadas com a sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, a questão da poupança e da eficiência energética continuariam a ser uma prioridade. A respeito da sustentabilidade ambiental, sublinhavam: Um - O impacto do Projeto Rios, o qual contaria com um alargamento para outras linhas de água, respondendo aos pedidos de escolas localizadas longe do Rio Este. Envolvendo a comunidade, o projeto pressupunha a adoção de um troço de rio,

capacitando os adotantes para a monitorização da qualidade da água e realização de várias campanhas de limpeza das margens. Neste momento tinham a totalidade do Rio Este adotado, em trinta e seis troços de quinhentos metros e várias áreas na Ribeira de Crasto; Dois - Ainda no contexto da valorização dos recursos hídricos, previa-se uma aposta na valorização do Rio Este e do Rio Cávado, desde logo com a monitorização da qualidade da água, a eliminação de fontes poluidoras, entre outras; Três - Preservação e valorização de espaços verdes e jardins, prevendo-se a realização de atividades no Monte Picoto, para fomentar a florestação com plantas autóctones; Quatro - Por último, realçavam as caminhadas pelo ambiente, as quais visavam a contínua promoção do património ambiental das freguesias. Muitas outras medidas deste género haveria a elencar. A sustentabilidade ambiental era indissociável das questões relacionadas com a eficiência energética. Nesta temática, realçavam a continuação da remodelação e requalificação da rede de iluminação pública do concelho, racionalizando o seu funcionamento e aumentando a sua eficiência, de modo a reduzir os consumos, os quais eram responsáveis por mais de setenta por cento dos consumos municipais. Ainda de realçar a contínua aposta na prossecução dos objetivos do protocolo de Quioto visando a redução em cerca de vinte por cento do consumo de energia de origem fóssil, da emissão de CO dois, igualmente em vinte por cento e um aumento de igual dimensão da produção de energia a partir de fontes renováveis. Nesta linha, seriam executadas medidas que visavam a eficiência energética de todos os equipamentos municipais, recorrendo a ações de monitorização e controle dos consumos. De fulcral importância, para as medidas de proteção ambiental, eram as ações de sensibilização e educação ambiental. Ciente do princípio da equidade intergeracional em matéria ambiental, o Município de Braga pretendia manter uma política de sensibilização ambiental

a levar a efeito em públicos estratégicos. Nessa medida, sublinhavam algumas das ações executadas, as quais, pelo seu impacto e sucesso, eram de manter: Um - Realização de diversas sessões de educação ambiental sobre diversas temáticas: Água, Consumo Sustentável, Qualidade do Ar, Resíduos Sólidos Urbanos, Energia, Floresta, Alterações Climáticas, Ruído, Biodiversidade, Pegada Ecológica, Jardinagem Sustentável, Plantas Aromáticas e Medicinais, Radiações, Organismos Geneticamente Modificados, Mobilidade Sustentável, (Vermi) Compostagem, Saúde e Ambiente, Solo e sua Fertilidade, Alimentação Saudável e Sustentável, Educação Financeira, Parque e Reservas Naturais, Mar, Ordenamento do Território, Agricultura Biológica, Hortas Convencionais, Verticais ou Inclusivas; Dois - Eco Escolas - um projeto muito relevante no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade e que envolvia centenas de estudantes bracarenses. Ainda com relevância em matéria de sensibilização e educação ambiental, sublinhavam o “Projeto Poupa Energia, A Minha Escola é Mais Eficiente” desenvolvido pelos pelouros da educação e ambiente. Tal projeto teve início em dois mil e catorze e tinha como principal escopo, alertar as nossas crianças, para uma utilização consciente e responsável da energia. A Educação constituía-se como um dos fatores mais decisivos no desenvolvimento humano, merecendo da parte da Município de Braga uma atenção muito particular. Grosso modo, destacavam algumas das ações basilares para o próximo ano. Em dois mil e dezoito assistiriam à conclusão da primeira revisão da Carta Educativa (ferramenta crucial para o desenho das políticas educativas concelhias que, com a participação de diversos elementos da comunidade concelha, espelharia a organização futura da rede escolar de Braga) e à formulação de um Plano Educativo Local que evidenciaria o fio condutor que regia a intervenção sistemática do Município. O Município continuaria a dar primazia ao apoio

direto a projetos desenvolvidos pelas escolas ou de iniciativa municipal, como era o caso do Orçamento Participativo Escolar. Seriam ainda levadas a cabo ações que valorizassem a profissão docente e motivassem os nossos professores, associações de pais e outros colaboradores. De ressaltar as formações dirigidas ao pessoal não docente e a instrução do corpo docente no âmbito das Media Arts e do projeto Ter Ideias para Mudar o Mundo. Manter-se-ia a oferta de fichas escolares a todos os alunos do primeiro ciclo e o apoio a alunos de escalão A e B. Seria criada uma Bolsa Social de Mérito, para alunos candidatos ao ensino superior. Por outro lado, era prioridade do Município a integração das crianças com necessidades educativas especiais. Olhando para a ação social numa perspetiva pedagógica, pretendia-se, em articulação com os professores, com os pais, com as famílias e com a comunidade envolvente, desenvolver ações e projetos no domínio das NEE. Em dois mil e dezoito teriam ainda as Primeiras Jornadas Pensar a Educação em Braga, que visavam congregar várias forças do meio educativo em redor da Cidade que Educa, mas que também serviria para pensar a Educação ao mais alto nível. Braga continuaria a integrar a Associação Internacional das Cidades Educadoras, fomentando políticas e intervenções públicas transformadoras das cidades em espaços propícios ao desenvolvimento do cidadão. O Município prosseguiria afincadamente com o Projeto Braga Cidade Amiga das Crianças, através do desenvolvimento de diversas iniciativas que procuravam pôr em prática os direitos das crianças. O ano de dois mil e dezoito seria decisivo para o incremento do Centro Qualifica do Município de Braga, cuja missão era a de sensibilizar a população, para a importância da aprendizagem ao longo da vida e auxiliar na melhoria das suas qualificações. De salientar que a renovação do parque escolar e tecnológico manter-se-ia. Por último, no que concernia à cultura, e conforme era do conhecimento dos presentes, a promoção

*da identidade, a partir da valorização e divulgação da nossa História e do nosso vasto Património, tinha sido o principal vetor de intervenção cultural do Município. Dado que dois mil e dezoito era o Ano Europeu do Património Cultural, isso teria um reflexo direto no plano de atividades para a Cultura, através do desenvolvimento de ações vinculadas a esta temática, que já tinha vindo a ocupar significativamente a intervenção municipal. O Município continuaria a trabalhar na contínua capacitação dos agentes culturais. Depois de quatro anos em que se registou um incremento de oitenta e cinco por cento no apoio financeiro a entidades culturais e em que as dinâmicas promovidas foram resultado evidente de parcerias. Manter-se-ia a aposta no aumento do número de protocolos e criação de uma Bolsa de Fomento Cultural, com uma dotação de cem mil euros, para atribuir a projetos culturais desenvolvidos no concelho. Esta era uma das medidas mais importantes deste mandato, no sentido de afirmar Braga como Capital de Cultura. Nesta sequência, dois mil e dezoito seria o ano para a promoção da candidatura de Braga a Capital de Cultura do Eixo Atlântico em dois mil e vinte, potenciando assim os objetivos maiores que possuíam no âmbito da afirmação internacional da nossa cidade. O ano de dois mil e dezoito seria também oportunidade para a realização de investimentos importantes no setor cultural, mormente o projeto para as novas instalações do Arquivo Municipal, uma necessidade premente, bem como a reabilitação integral do Museu da Imagem, cujo edifício se encontrava com sérios problemas de infiltrações. Atendendo à riqueza do programa de atividades apresentado, não lhes era possível analisá-lo em toda a sua extensão. “Contudo, como Vossas Excelências concluirão, não faltam razões para votar favoravelmente para a aprovação deste plano de atividades, conforme fará este grupo parlamentar”, concluiu a oradora. Registou-se, depois, a intervenção do Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE***

MAGALHÃES LIMA, para, em primeiro lugar, salientar que não havendo a intervenção do público naquela sessão, foi-lhe solicitado que fizesse algumas chamadas de atenção, antes de começar a sua intervenção, propriamente dita. Uma delas era a de um munícipe de São Vicente que tinha que pagar treze euros anuais, para poder entrar de viatura na rua onde habitava, sendo que tinha a viatura aparcada num parque de estacionamento privado, existente na rua. Deixava isso à atenção do Sr. Presidente da Câmara, que estava ali presente, por lhe parecer injustificado, atendendo a que o homem sempre viveu naquela rua. Um outro pedido era de um casal que estava com uma ação de despejo da casa onde habitava, porque tinha dívida ao senhorio das rendas de diversos meses, sendo que esteve desempregado, ele e a esposa, vários anos. Recorreu à Bragahabit, nada lhe resolveram. Recorreu à Câmara, ao Balcão Único, e também saiu na mesma situação. Ou seja, ao contrário daquilo que, ali, já foi referido, no primeiro ponto da ordem de trabalhos, de facto, as empresas municipais não resolviam os problemas para que foram criadas. Aliás, teriam oportunidade de falar disso mais à frente, relativamente a outros pontos da ordem de trabalhos. Relativamente, ainda, às questões que ali foram faladas da dívida, a solução governativa atual, tinha aligeirado para fora coisas que ficaram do governo anterior, porque o balão tinha que subir. A verdade era que aquele Executivo já tinha quatro anos de mandato e continuava a falar na dívida do estádio e do Engenheiro Mesquita Machado. “Já chega. Já chega. Mas tem que se pagar, rentabilizem o estádio. O estádio é utilizado por uma organização privada, que tem rendimentos de milhões e milhões de euros anuais, que o pague. Porque é que não de ser os cidadãos de Braga a pagá-lo? É que não é o Sporting Clube de Braga que utiliza o estádio. É a SAD. É o futebol profissional. Portanto, que o paguem. Porque é que eu tenho que viver do meu salário e há pessoas que recebem milhões de euros e não pagam pela

sua atividade? Temos medo de dizer isso? Não há que ter medo. A dívida foi assumida. Tem que ser paga. Tem que ser rentabilizada a estrutura para pagar. Não é preciso ir a Roma ou a Coimbra”. É muito mais difícil compreender, atendendo, por exemplo, ao aumento do IMI, da receita de IMI prevista, porque era que o Sr. Presidente da Câmara não autorizou, nem justificou que as famílias com um único filho, não tivessem isenção de vinte euros na taxa do IMI. Era isso que não se compreendia. Assim como não se compreendia e ficava assustado, porque já pagou várias, injustamente, como se previa no orçamento uma receita proveniente da receita das coimas e das multas de seiscentos mil euros. A Câmara deveria estar a pensar multar todos os cidadãos, por cabeça. Passando, depois, ao ponto da ordem de trabalhos em apreço, disse que o executivo municipal submetia à aprovação a proposta do orçamento e grandes opções do Plano para dois mil e dezoito. Após uma análise acerca dos diversos documentos, que instruíam as propostas apresentadas, o Bloco de Esquerda concluiu que, não obstante uma roupagem diferente, não havia alteração significativa no que respeitava à obtenção de receita e à despesa que a mesmo suportava. O Plano de atividades era um desenrolar de tudo e de nada, numa vertigem alegrete, que rejubilava com a Final-foor da Taça da Liga, o Innovation arena e o MedTech. “O futuro de Braga passa, então por criar um Hub de inovação social, noutra hub para as startups na Digital Health ou nas Medical Technologies. Às tantas Braga deixa de ser a nossa cidade e passa a ser a My City, Make três G, onde se realizarão fóruns Impact Hub e meetings para discutir o novo paradigma da inovação social como um boosting social innovation. Os mais velhos passarão a viver melhor, em rede may, com a proteção de alert Falls. As crianças pretendem-se empreendedoras e recebem formação nesta área dos três aos doze anos, pois o empreendedorismo vai mudar o mundo. Aos mais velhos destina-se o top-sky scientits e todos, pequenos e

grandes, ficarão preparados para serem assessores do executivo municipal, infelizmente, só por um dia, mas o suficiente para dar início à campanha europeia “cities for Europe – Europe for citizens. As deslocações estão asseguradas em school bus no âmbito do programa stop and go”. A linguagem pode parecer complicada, mas iriam simplificar: “a organização da Semana Santa e o apoio logístico às festas de São João, o maior evento do concelho, são duas dimensões fundamentais da missão do município” (fim de citação). Claro que estavam a falar do Plano de Atividades. O município assumia como suas todas as atividades das associações culturais, recreativas e desportivas, o que, no seu entender, era um mau sintoma, pois era uma dependência que atrofiava e diminuía a criatividade, podendo mesmo caminhar no sentido de um passado recente. E por falar em passado recente, já poderiam traçar um paralelo com o novo-riquismo do executivo de Mesquita Machado com os relvados sintéticos e uma piscina por freguesia e o neoliberalismo saloio do atual executivo, que entendia que só os privados (as empresas) criavam postos de trabalho, e se queixava do aumento do salário mínimo porque aumentava as despesas da câmara. Em Braga, já era visível a retoma da construção civil, nomeadamente em obras de recuperação de prédios no centro histórico. A retoma da indústria da construção civil era um aspeto positivo. “Mas, como gato escaldado de água fria tem medo, não nos coibimos de chamar a atenção para a gentrificação acelerada desta zona da cidade. Esta dinâmica está já à vista de todos, com o pulular de guias em muitas ruas do centro histórico”. O plano integrado de transportes para o concelho continuava a ser uma miragem. Apenas se conheciam iniciativas avulsas. A circulação rodoviária, clicável e pedonável eram cruciais nesta cidade e um dos seus pontos críticos. Não encontraram uma visão sobre este assunto. Vissem, uma cidade que queria ser amiga das crianças, não se limitava aos parques infantis, alguns chegavam a ser

perigosos, e às atividades de animação a eles dirigidas. Uma cidade amiga das crianças era, na sua essência, aquela que promovia, por exemplo, a circulação dos mais novos autonomamente. Devia ser uma preocupação, até porque, circulando as crianças, circulavam todas as outras pessoas: idosos, pessoas cegas ou com mobilidade reduzida e as restantes. Não se vislumbrava um plano multimodal de transportes públicos que servisse todas as populações e localidades do conselho, de acordo com as necessidades. Aliás, a este nível, notava-se um claro favorecimento das freguesias urbanas em detrimento das rurais. Ali, permitia-se fazer um aparte, porque tinha a ver com a situação real, confrontava-se com trabalhadores que eram transferidos, por exemplo, de Guimarães, de Famalicão, para trabalharem em Braga, eles perdem o dia todo para chegar ao posto de trabalho em Braga, porque a articulação dos transportes públicos de Guimarães para Braga e, depois, dos autocarros para os locais dos postos de trabalho, não havia nenhuma. E, das duas uma, ou os patrões arranjam horários especiais ou, pura e simplesmente, tinham que abandonar o trabalho, por não conseguirem. As medidas sociais eram avulsas e atomizadas e não estavam integradas num plano de combate à pobreza e à exclusão, com medidas concretas de criação de emprego e medidas de apoio aos desempregados de longa duração. Apenas medidas penso rápido ou, para os entendidos “bandaid”, para utilizar um estrangeirismo também. Sabiam que as pessoas em pobreza extrema continuavam sem apoios por parte da edilidade e a depender da caridade prestada por várias associações privadas, essas sim, subsídio dependentes. Sobre a capital europeia da cultura, um governo autárquico comprometido com esse grande projeto, já teria de refletir significativamente esse desígnio no seu plano de atividades e no orçamento. A capital europeia da cultura deveria ser o elemento aglutinador da generalidade do plano de atividades e surgia em último lugar. Do ponto de vista da cultura, havia

neste plano, um problema de conceito e de significado. Sabiam que o pós modernismo trouxe a polissemia, mas, de facto, cultura não era o mesmo que animação cultural, dirigida a multidões, e era, muitas vezes, com essa ideia, que se ficava ao ler o plano de atividades. Parecia-lhes, que uma candidatura a capital europeia da cultura não podia apresentar quase exclusivamente festas e eventos no exterior e destinadas a multidões. O Bloco de Esquerda entendia que a oportunidade de ser capital europeia da cultura não podia ser desperdiçada, até porque era um fator de dinamismo económico, criador de emprego, e era uma oportunidade de proceder à regeneração e a arranjos infraestruturais, nomeadamente, transportes, reabilitações urbanísticas dos espaços públicos e criação de novos espaços culturais. Assim diziam os estudos. Eram disso exemplo cidades muito próximas de Braga: Porto e Guimarães. Foi a pretexto da capital europeia da cultura que os habitantes do Porto tiveram metro ou foi revitalizada a praça do Toural, o Mercado das Artes e Casa da Memória, antiga fábrica de plásticos, em Guimarães, só para citar os exemplos mais visíveis. A capital da cultura servia de mote para criação de projetos culturais de maior envergadura como orquestras sinfónicas ou filarmónicas. O Porto criou duas e Guimarães uma. O público enchia a Casa da Música, outro edifício emblemático, que colocou a cidade no roteiro da arquitetura mundial, embora tivesse ficado concluído depois. Criaram-se públicos, com espetáculos para todas as carteiras, muitos com carácter didático. No caso de Braga, dados recentes revelavam que a procura excedia a oferta cultural de qualidade, o que revelava uma enorme apetência dos bracarenses pelo usufruto de cultura em todas as suas vertentes. Porém, as estruturas e equipamentos atuais não chegavam. Não parecia estar nos planos nada de novo ou de raiz, a não ser a reabilitação do PEB e do São Geraldo. Daí que, a manutenção da Saboaria Confiança lhes parecesse ser um equipamento

essencial e a incluir no projeto Braga Capital da Cultura, não só pela sua localização perto do centro, como também perto da Universidade do Minho. Este espaço, valioso do ponto de vista histórico e patrimonial, revelava enorme potencialidade e versatilidade, para uma cidade que queria ser capital da cultura. Vissem o exemplo da Fábrica Oliva, em Oliveira de Azeméis, da Fábrica da ASA, na Casa da Memória, antiga fábrica de plástico, em Guimarães, ou o caso mais recente, a Casa da Arquitetura, local de repositório do Centro de Arquitetura Português, mas também sede e sala de ensaios da orquestra de Matosinhos, localizado nas antigas instalações da Real Companhia Vinícola. Eram quatro mil e setecentos metros quadrados de enorme valor imobiliário, mas dedicados às mais diversas atividades culturais. No plano de atividades e muito menos no orçamento, não se vislumbrava nada de concreto relativamente à preservação e devolução ao público das ruínas romanas, da Saboaria Confiança e do complexo das Setes Fontes. Não vislumbraram nenhuma articulação de fundo com a Universidade, apenas colaborações de caráter pontual, nem com a sua Escola de Música. Não encontraram nada sobre a floresta e a sua gestão, que consideravam não ser apenas uma questão da proteção civil. Era, também, uma questão económica e ambiental. Na possibilidade, real, de haver cada vez mais períodos de seca prolongada e de subida da temperatura, deixar a gestão da floresta, que circundava a cidade, ao voluntarismo lucrativo dos seus donos, tinha as consequências trágicas que todos vivenciaram no passado dia quinze de outubro. Não encontraram a vontade de criar nenhum jardim novo, nem nenhuma zona verde. Apenas arborização do rio Este, que no seu entender, deveria ser, claro, despoluído e as suas margens renaturalizadas. Não encontraram nenhum plano de fundo para os rios e ficaram a saber que para a Câmara Municipal, Braga só tinha floresta no Picoto, melhor dizendo, iria ter após a replantação de árvores depois

do corte massivo de há anos. Não havia nenhuma ação concreta relativamente à recuperação das áreas ardidas nos últimos incêndios e à preservação e limpeza das linhas de água existentes no concelho. Muitas iniciativas, muita ostentação e pouca substância. Faltava, pois, a este plano imaginação, criatividade, flexibilidade no verdadeiro sentido do termo. Não se via sinergias, charneiras nem verdadeiros polos aglutinadores, mas apenas fronteiras, sem se perceber a noção de ecossistema que se aplicava a uma cidade e a um concelho. Soava a mais tempo perdido. Esperavam que não viesse a ser uma oportunidade perdida. “Pois bem: Lido o Plano de Atividades, passemos os olhos pelo orçamento: não pelos milhões que os diários do burgo já anunciaram em grandes parangonas com direito a fotografia do Sr. Presidente da Câmara. Falamos, isso sim, da vida real dos cidadãos bracarenses, que o orçamento devia contemplar e não contempla. Tornase prioritário o pagamento antecipado da dívida resultante da construção do estádio municipal, em detrimento das soluções para os casos dramáticos de desemprego e do despejo de cidadãos. O Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal do Bloco de Esquerda considera que, o orçamento para dois mil e dezoito, apresentado pelo executivo, reflete um pendor otimista decorrente do contexto económico atual favorável e da expectativa de que, para o aumento das receitas, vai contribuir uma maior coleta de impostos diretos, nomeadamente, o IMI e o Imposto sobre as Transmissões Onerosas. Todos sabemos, mas alguns quiseram ignorar, que as medidas de austeridade não favorecem o dinamismo da economia, provocando um já bem conhecido e estudado círculo vicioso, um enorme agravamento da pobreza, a perda de direitos laborais (para diminuir os custos de produção) e, conseqüentemente, a diminuição acentuada do poder de compra, que é razão de ser de uma economia de base capitalista. Assim, o governo atual, apoiado por uma maioria de esquerda, tem vindo a inverter este círculo e a

*transformá-lo num outro, virtuoso, cujos resultados começam a surgir. Desde logo, a nível interno, o aumento do emprego, relança o consumo e a economia volta a funcionar. Os resultados são visíveis, desde logo, na diminuição dos juros, na gestão da dívida e no investimento fundamental para o relançamento da economia. Concluimos pois, que a proposta de orçamento aqui apresentada, não corresponde ao plano de atividades que gostaríamos de ver implementado no concelho de Braga, razão pela qual, é intenção do Bloco de Esquerda abster-se na votação do mesmo”, rematou o interveniente. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para realçar que, os jornais de hoje citavam o Presidente Ricardo Rio a manifestar a sua certeza de reunir condições para em dois mil e dezoito sermos a maior cidade europeia do desporto e sermos uma das melhores de sempre. Continuava, infelizmente, o discurso, a seu ver, um pouco parolo e bacoco, da maior “Festa de São João”, da maior “Noite Branca”, da melhor “Passagem de Ano” e outras festinhas que não deixavam de ser isso mesmo. Seria interessante que alguém entre a multidão de assessores e comunicadores ou alguém do restante Executivo Municipal, colocasse alguma sensatez, temperasse com alguma humildade, alguns laivos de sobrançeria e alguns laivos de arrogância, face aos tiques superlativos que, permanentemente, aquele Executivo levava a público. Parecia não haver, e o fio condutor daquela maioria, parecia ser o de manter, durante quatro anos, a mesa pronta para um lauto e fausto jantar, para eles e os seus apaniguados, enquanto os superiores interesses dos Bracarenses eram migalhas deitadas abaixo da mesa da festança. Sentados à mesa a tirar “selfies”, parecem não ter tempo para pensar a cidade com dimensão, com ambição e ficavam à espera que o estado, as associações, as coletividades, as instituições e os privados fizessem crescer Braga, a sua economia, criassem empregos, enquanto o atual Executivo se divertia num permanente desfile*

mediático. Nos intervalos, os atuais detentores do poder, divertiam-se a escolher as melhores facas, para ver quem, sob a capa de aparentes meras mudanças administrativas, para ver quem eram os funcionários a perseguir pelas botas cardadas que controlavam os recursos humanos municipais, ao sabor de apetites e de vinganças, que apenas revelavam a mesquinhez e a falta de estatura moral de quem governava Braga. O desmazelo era grande, tanto assim que, ainda hoje, se mantinha nas rotundas os cartazes de boas vindas à Capital Ibero Americana, de quê, talvez alguns já se tivessem esquecido. O Partido Socialista desejava, naturalmente, que “Braga Cidade Europeia do Desporto”, afinal, a grande atividade que marcava o próximo ano, fosse uma verdadeira festa desportiva. Servisse de acelerador da prática do desporto, não só o futebol, enchesse de atividades as várias dezenas de pavilhões gimnodesportivos e as muitas dezenas de espaços desportivos ao ar livre no concelho de Braga e não apenas ou, sobretudo, as ruas da cidade. As várias dezenas de pavilhões desportivos e gimnodesportivos e muitas dezenas de espaços desportivos ao ar livre, que constava, também, do património dos esqueletos, que os socialistas deixaram no concelho de Braga. Esse era o desafio que se colocava na mão da atual maioria. Isso, se fosse capaz de aprender com os erros do passado, na medida em que as provas desportivas e os eventos não devessem ser um pesadelo, para os habitantes, os comerciantes e os cidadãos. Deveriam, isso sim, ser construídas em permanente diálogo, procurando conciliar interesses, muitas vezes conflitantes de todos os interessados e de todos aqueles que, dia-a-dia, viviam e faziam a cidade. Indo, agora, mais em detalhe ao Plano de Atividades da Câmara Municipal, para o próximo ano, importava dizer que, para além de uma política de mínimos, o documento valeria pouco, se não fosse concretizado, na medida em que a atual maioria os habituou, no mandato anterior, a deixar esquecidos os grandes projetos. Em si, o Plano de Atividades

seria apenas um balofo verbo-de-encher, se os serviços municipais se continuassem, tal como aconteceu no último mandato, a degradar. Se o outsourcing continuasse a esvaziar plenamente os serviços municipais, deixando a nu, a pouca confiança e quão, em pouca conta, esta maioria tinha nos mesmos serviços e nos técnicos do Município. Nada de bom aconteceria, se os mesmos serviços continuassem ao sabor da mudança de cadeiras à volta da mesa do poder, para lhe entregar, sempre, os melhores talheres. Era, por tudo aquilo, cada vez mais notória a perda de qualidade na generalidade dos serviços públicos municipais, da varredura, da recolha do lixo. Pasmassem-se que, hoje, em dois mil e dezassete, após anos e anos de investimento em ecopontos, em ensinamentos na escola, na separação de lixo, na reciclagem, tinham, hoje, freguesias a voltarem aos velhos contentores, dos sacos de lixo abertos na rua, espalhados, com mau cheiro, numa política verdadeiramente terceiro mundista e que deitava fora anos e anos de progresso no que ao nível de práticas urbanísticas sustentáveis e de práticas modernas no que àquilo que era uma cidade, que tinha o ambiente, como um caráter fundamental da sua governação, dizia respeito. E, também, outras falhas, ao nível da limpeza da cidade, em geral. Entristecia, também, a falta de cuidado na manutenção dos jardins. A inexistência de uma linha estratégica de orientação, o incumprimento de vários compromissos assumidos pela atual maioria e, muitas más opções urbanísticas erráticas, uma visão comezinha de cidade desarticulada, com pouco horizonte e menor ambição. Os Bracarenses gostavam de um dia voltar a ter transportes urbanos, porque, por agora, parecia terem, apenas, autocarros avulsos a tentar sobreviver a alguma incompetência na gestão do tráfego, como se via em muitas artérias do centro de Braga que, nos últimos meses, nos últimos anos, se tinha degradado, criando verdadeiros cancros, que não tinha sido o poder municipal capaz de encontrar novas soluções e de

verter novas propostas, para os procurar resolver. Era tempo de dizer basta à destruição da qualidade do espaço público, com uma autarquia insensível e que nos últimos quatro anos os brindou com casos gravíssimos, com o da Quinta das Portas, da rua vinte e cinco de abril, onde os quarteirões do centro urbano melhor desenhados e que, hoje, estava no quadro em que todos o conheciam e do São Geraldo que, felizmente, após muita insistência e por intervenção de muitos e bons cidadãos, cidadãos com uma visão muito esclarecida de cidade, fizeram com que o atual Executivo, emendando a mão, tomasse uma decisão acertada. Pior do que um erro, era persistir no erro e, portanto, naturalmente, ali, apesar de ser uma crítica, estava, também, implícito, um elogio àquela mudança de posicionamento em relação ao São Geraldo. Aos doutos Senhores sentados à mesa do banquete, perguntava, como era possível, que um invisual interpretasse um espaço, como o novo arranjo urbanístico da rua Nova de Santa Cruz? Como se podia construir uma cidade e dizer que queriam uma cidade verdadeiramente inclusiva, quando, naquele espaço, não havia nenhuma distinção entre a rua e o passeio? Como era que um invisual se orientava? Nem o pavimento tinha uma diferença de rugosidade, como mandavam as normas em relação a matérias daquela natureza. O único ponto de referência eram mesmo as fachadas dos edifícios que confrontavam o passeio. Na avenida Artur Smith, junto ao Continente, taparam há mais de três semanas o acesso automóvel à variante sul e, apesar de ali não se vislumbrarem grandes obras, elas deveriam, certamente, estar a acontecer, ainda que ocultas da maioria das pessoas e que eram obras que, diariamente, causavam transtorno a milhares de automobilistas. Aquelas situações apenas traduziam uma realidade, algum desprezo e falta de respeito a que, não raras vezes, os Bracarenses eram votados pela atual maioria. Mas, esta maioria, não desrespeitava, apenas, os Bracarenses, distraída nas festas, nos eventos e numa

agitada agenda sobre mediatizada, ela desrespeitava-se a si própria. Desrespeitou-se, nos últimos quatro anos, ao adiar os grandes projetos como o eco parque das Sete Fontes, a Fábrica Confiança e vários outros projetos estruturantes e continuava a desrespeitar-se, após uma leitura atenta, das Grandes Opções do Plano, para o próximo ano. Dizer, por isso, que tanto o Orçamento para dois mil e dezoito, como as respectivas Grandes Opções do Plano, hoje, ali, apresentadas, pareciam levar uma visão desarticulada, pouco consolidada e errática da cidade e do concelho. Era difícil encontrar um horizonte estratégico claro. Era difícil encontrar uma ambição esclarecida e distinta para o futuro e, em muitas áreas, apresentavam-se, mesmo, como documentos incoerentes e politicamente frágeis. Em tempos, o Dr. Ricardo Rio disse que havia um orçamento, que apresentou aos Bracarenses, que era um orçamento, que não gostaria de ter que apresentar. Aquele, também, era um Orçamento e umas Grandes Opções do Plano, que o Partido Socialista não gostaria de ter de votar. Ainda assim e por ter de o votar, porque era assim que funcionava nos contextos da democracia, e o PS não era daqueles que respeitava os resultados eleitorais, quando vencia era, também, daqueles que respeitava os resultados eleitorais, quando perdia e que entendia que o povo era bom, quando ganhava eleições e que entendia que o povo era, igualmente, bom, quando perdia eleições, o PS via-se, ali, obrigado, naturalmente, em consonância com aquilo que fez na Câmara Municipal, a reafirmar o seu voto contra. Era verdade que Ricardo Rio parecia acordar, em termos de obras, de um sono letárgico de quatro anos com pouco investimento em obras substanciais e verdadeiras. Mas, os socialistas tinham o penhor de promessas não cumpridas, nos últimos quatro anos, assim como muitos Bracarenses, o que lhes podia, e esse era o seu receio, deixar antever que pudessem estar, novamente, diante de mais um rol de promessas. Para o P.S., aquele aumento orçamental, previsto naquele

orçamento, devia-se a dois fatores que eram externos ao Município de Braga. O bom momento económico do país, que permitia, felizmente, arrecadar mais receitas fiscais, reafirmando, também, uma posição que o P.S., ali, levou, na última Assembleia Municipal, quando se absteve em relação à fixação de um conjunto de despesas municipais, dando nota de que era preciso ir mais longe, porque havia espaço para crescer e que, portanto, era possível desonerar mais as famílias, libertar mais dinheiro para os Bracarenses, num conjunto de impostos municipais e, aí, sim, ter uma política fiscal municipal verdadeiramente amiga dos Bracarenses, das famílias, das pessoas e ficavam-se, mais uma vez, tal como em tudo o resto, numa política de mínimos. Dizia que havia dois fatores a que se devia este momento, o bom momento económico do país, que permitia arrecadar mais receitas e a que se devia muito às políticas do PS no Governo e que tinha sido elogiado a nível internacional e o reforço de verbas que chegavam, e bem, do Portugal vinte vinte e dos fundos da União Europeia. E, também, como já, ali, disse o Sr. Deputado do B.E., de um qualquer síndrome sobre securitário, que permitia prever um aumento de coimas em seiscentos mil euros, que, se calhar, seria de pensar, seria interessante pensarem, ao nível desse síndrome sobre securitário num conjunto de outras medidas e num diálogo estruturado com as forças policiais, sobre o conjunto de permanentes assaltos perpetrados, diariamente, à luz do dia, no centro da cidade, a cidadãos idosos, que não apresentavam queixa, por medo de represálias ou uma loja que foi, recentemente, alvo de um assalto violento, como não havia memória, em Braga, em plena rua de São Marcos e sobre o síndrome securitário não deveria ser o síndrome securitário das coimas, deveria ser o síndrome sobre securitário dos verdadeiros problemas de segurança, que havia em Braga e para os quais teimavam, enquanto Câmara Municipal, e não sendo uma responsabilidade própria, em articular com os

podere públicos, com responsabilidades específicas nessa matéria, políticas de preocupação e de maior exigência para a segurança dos Bracarense e do concelho do território. Finalmente, dizer, também, que a atual maioria rejeitou todas as propostas feitas nos últimos três meses da parte do P.S.. Talvez, provavelmente, por as entender fracas. Mas, muitas das pessoas, vinham-lhes dizendo que, algumas delas, era propostas nas quais se reviam, o apoio aos Bombeiros Voluntários, os transportes para os cidadãos, que viviam mais longe da cidade, ou um conjunto de propostas ao nível das escolas. E, portanto, quem, também governava sem grande abertura, para as propostas, que dos outros provinha, dificilmente, poderia merecer um voto de confiança. Queria deixar-lhes mais duas ou três notas, apenas para reflexão. Notas soltas, mesmo, mesmo a terminar, sobre as opções e sobre aquilo que eram as escolhas que estavam em cima da mesa do atual Executivo Municipal. Ao nível de deslocações e estadas fora de Braga, fora do país, algumas, o orçamento passava de cinquenta e três mil euros, em dois mil e dezassete, para duzentos e dezasseis mil euros em dois mil e dezoito. Custava quase a crer que, Braga fosse aquela cidade mirífica, em que dava tanto gozo viver, quando os nossos governantes pareciam, cada vez mais, querer passar tempo fora de Braga, tempo fora do país, com cada vez mais deslocações e estadas. Ao nível de estudos, pareceres e projetos de consultadoria, o aumento era de trezentos mil euros para novecentos e cinquenta e seis mil, estavam a falar do triplo do valor de investimento. Ao nível de outros trabalhos especializados não especificados, o aumento era de cerca de trezentos mil euros. E ao nível de outros serviços, que era sempre uma rúbrica, que dificultava o escrutínio e a transparência, estavam a falar de um aumento de quatro milhões, para sete milhões e meio, um aumento de três milhões e meio, um aumento de quase cem por cento, novamente, em relação àquela rúbrica. Há pouco traduziu que havia incoerência e inconsistência política

em alguns daqueles documentos. E terminava com as incoerências políticas, porque eram elas que eram reveladoras da falta de um horizonte estruturado, da falta de um horizonte planeado, da falta de uma visão esclarecida e da falta de uma governação, que sabia onde estava, mas que sabia, também, muito claramente, para onde queria ir. Hoje, iriam aprovar, ali, muito provavelmente, a compra de um veículo híbrido para o Theatro Circo de Braga. Há semanas, há meses a Câmara Municipal aprovou, e bem, num projeto internacional, a compra de seis veículos elétricos, parecendo que havia, ali, uma tendência. Em dois mil e dezoito, assistiam a um aumento dos combustíveis fósseis de cerca de trezentos e cinquenta mil euros. Tinha a ver com incoerência nas políticas. Ao mesmo tempo que aquela Câmara abraçou a oferta de livros ao ensino primário, tinham, hoje, um brutal desinvestimento em educação de cerca de quatro vírgula seis milhões de euros, quase um vírgula três milhões de euros, ao nível das despesas com o pessoal. Ao nível da mobilidade, também, uma nova política permanentemente levada à colação por aquele Executivo, a mobilidade, a nova mobilidade, a mobilidade sustentável, era um vazio grande e aquilo com que se deparavam, entendia o interveniente, que vivia em Braga há muito anos e que uma das principais coisas que lhe dava prazer em viver em Braga, tinha que ver com o pouco trânsito, como em pouco o tempo, em qualquer hora, se deslocar de um ponto ao outro do concelho, de sul a norte, de este a oeste, com enorme facilidade e, hoje, e nos últimos anos, o crescente de dificuldades no fluxo de trânsito, o crescente de problemas àquele nível, exigia da parte do Executivo Municipal, uma nova resposta, que, não apenas estudos, mas sim, ação política estruturada, planeada e que, efetivamente, trouxesse respostas, para os problemas que todos os dias atrasavam e prejudicavam milhares de Bracarenses. Também, este PSD e esta maioria que, em tempos, pediu uma Assembleia Municipal extraordinária, sobre as

questões da proteção civil e que, neste orçamento, cortava, novamente, o orçamento para a proteção civil em cerca de quatrocentos mil euros, quando dentro desses quatrocentos mil euros, trezentos mil, era ao nível das despesas com o pessoal. Tudo património de coerência, tudo património de equilíbrio e de um projeto sustentado e de um projeto que não tinha mácula e que era, sempre, coerente e bem estruturado. Mas, também, ao nível do desporto, havia um desinvestimento de cerca de dois milhões de euros. Tudo aquilo no mesmo dia em que eram anunciados uma cidade europeia do desporto com cerca de trezentos eventos, quando de entre esses trezentos eventos, havia, ao nível do investimento, investimentos tão importantes como a criação de um novo pavilhão desportivo de base, as obras do pavilhão Flávio Sá Leite, a requalificação e alargamento do eixo desportivo da Rodovia, bem como o investimento em novas instalações desportivas em todo o concelho. Aquelas pareciam-lhes ser notas muito claras de uma desarticulação grande, de uma visão pouco segura, pouco firmada, pouco ambiciosa, que o PS, naturalmente, respeitava, porque respeitava com humildade os resultados eleitorais que elegeram aquela maioria e que tinha um mandato para governar, mas que, naturalmente, por dela discordar, não sancionava, votando contra, naquela Assembleia. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que: “Creio que é chegado o momento de pedirmos sinceras desculpas. Ouvidos os representantes da oposição nesta assembleia, não nos resta alternativa. Neste primeiro orçamento do novo mandato autárquico conseguimos desiludi-los de novo. Voltamos a poupar na ambição, a papaguear meros anúncios e a enganar os bracarenses. Vejam bem, senhores deputados, que, desta vez, nem esperamos pelo ano de eleições para dar largas ao eleitoralismo. Sim, este comportamento é reiterado, persistente e permanente no atual executivo e tem tido os resultados que se conhecem. Aliás,

para além do pedido de desculpas pela conduta desta maioria, temos de louvar a coerência da oposição. Ano após ano, desde dois mil e treze, tem-se entretido a entreter-nos com apontamentos críticos que teimamos em não entender e acolher devidamente. Lembro o que dizia o Deputado Pedro Sousa, em novembro de dois mil e dezasseis, acusando Ricardo Rio de prometer o que não podia cumprir (e cito) “no afã de captar os votos dos mais incautos, dos menos esclarecidos”. Lembro, ainda, como se indignava com a indecorosa omissão da Câmara Municipal, que não se tinha dignado a atribuir uma medalha de ouro a Mesquita Machado. Impressionante o acerto na crítica, a pungência dos argumentos e a sintonia com os bracarenses e com o que realmente lhes importa. Lembram-se senhores deputados? Pois nós não nos esquecemos. A CDU, pela voz da deputada Bárbara Barros, não era menos crítica. Dizia ela que, ao invés de uma “estratégia de peso”, a dependência dos fundos comunitários revelava antes que a autarquia se contentava com meras ações de “relações públicas, ou mesmo marketing”. Disparava contra o custo da água – que baixou, contra o custo dos passes – que se manteve, e contra a qualidade dos serviços dos TUB – que têm cada vez mais utentes. E concluía, ainda que com grande celeuma, que nós, Coligação Juntos por Braga, achávamos que (e cito) “as próximas eleições estavam no papo”. Do que dizia a CEM já ninguém se lembra bem, mas bastará perguntar ao Bloco de Esquerda, que certamente nos relembrarão a não menos certa intervenção desse movimento cidadão”. Um ano depois como poderiam não dar razão às críticas passadas e atentar devidamente nas críticas presentes e, até, futuras. Aliás, no espírito natalício da estação, deveriam mesmo assumir que a oposição em Braga se apresentava como aquelas míticas figuras da obra de Charles Dickens “Um conto de Natal”. PS, PCP e agora o Bloco de Esquerda eram, à sua maneira, os três fantasmas do Natal. O PS seguramente assumiria o papel de fantasma do

Natal passado, lembrando-lhes como era glorioso o tempo anterior ao de Ricardo Rio. Como jorrava dinheiro, como eram feitas todas as obras necessárias e desnecessárias e como só havia boas novas e era “bom viver em Braga”. O PCP, como fantasma do Natal presente, mostrava-lhes como havia um tempo novo no país e no mundo, que era preciso aproveitar. Que havia um clima económico que obrigava a taxar ainda mais os mais ricos, contratar mais funcionários públicos e reforçar os orçamentos dos serviços municipais. Tudo para virarem a página da austeridade e deixarem-se de avarezas de outros tempos. Tudo, diriam, para, em pouco tempo, voltarem ao passado. O Bloco de Esquerda, como fantasma do Natal futuro, avisava-os que, a continuar assim, o seu destino só poderia ser a degenerescência democrática. Que, sem denunciarem e recusarem as visões neoliberais e/ou clientelares, que continuavam a demonstrar o futuro de Braga e dos bracarenses era negro. “Sobrará, portanto, a Ricardo Rio o papel do velho avarento do conto de Dickens. O de malfeitor, que se agarra ao dinheiro, em vez de distribuí-lo. O de insensível capitalista que não se consegue desapegar das noções de gestão privada, tão estranhas e incompatíveis com a gestão da coisa pública. Talvez tenham razão. Talvez esse conto de Natal nos assente a todos como uma luva. Talvez assim fosse, salvo um relevante pormenor que assume, na perfeição bíblica do número sete, a sua total expressão. São sete os membros eleitos pela coligação Juntos por Braga, que, hoje, têm responsabilidades executivas. E são sete pelo óbvio resultado da conversão em mandatos dos votos dos bracarenses. Os tais que, nas palavras de Pedro Sousa, eram e continuarão a ser, presumo, os “mais incautos” e os “menos esclarecidos”. Não gosto de usar deste tipo de argumentos para sustentar a defesa de um executivo e, sobretudo, de um plano e orçamento como os que estão hoje em votação. Mas perceba-se que não é fácil, um par de meses volvidos sobre as eleições autárquicas, ouvir já, hoje, a mesma

tendência argumentativa por parte da oposição. E é mesmo impossível ouvi-lo sem, pelo menos, lembrar que mais de metade dos bracarenses caucionou o caminho, o projeto e as soluções que aqui discutimos. É que, só mesmo a má-fé, pode explicar alguns dos argumentos que aqui se trouxeram, para diminuir os méritos deste orçamento”. Era ou não era verdade que, estava vertido nas contas, um aumento muito considerável das receitas (e das despesas) por força da incorporação dos fundos comunitários aprovados para as obras que estavam já em curso, ou que se iniciariam brevemente? E não era verdade, também, que, hoje, como no passado, sempre se assumiu que esses mesmos fundos seriam essenciais para a concretização desses projetos? Não andavam a protelar obras miríficas, nem a empurrar intervenções essenciais com a barriga. “Como a oposição sabe muito bem, todos os projetos de considerável envergadura que a Câmara tinha e tem em mãos, dependiam da existência de participação comunitária e de validação legal. Ou seja, sem fundos comunitários ou sem os indispensáveis vistos do Tribunal de Contas, ou sem ambos, seria, é e será impossível arrancar com muitas das prioridades deste executivo”. Justamente por causa dos fantasmas do passado e dos natais passados, que, ali, já se viu, que havia gente com menos tendência para caucionar ou para admitir que se relembassem, mas, eles estavam lá, por muito que se quisesse vender espetáculos e rentabilizar edifícios municipais, infelizmente, por muito rentabilizáveis que fossem, não chegavam para pagar a infeliz fortuna que custaram. Ou seja, sem esses fundos, sem esses vistos, não haveria obra. Não obstante essas condicionantes e como a oposição muito bem sabia, era essencial que, essas mesmas obras fossem averbadas no plano e orçamento, até que se ultrapassassem aqueles obstáculos, sob pena de não poderem ser executadas no ano civil a que o orçamento dizia respeito. Não valeria a pena escarpelizar o plano e orçamento à vírgula, para que se percebesse que os

compromissos de Ricardo Rio e da Coligação Juntos por Braga se mantinham. Eles estavam, desde logo, vertidos nas quatro linhas estratégicas essenciais do orçamento: Rigor na execução da despesa pública; Melhoria na gestão dos recursos do Município; Prossecução do Programa Municipal de Modernização; e o Plano estratégico de investimento. Em traços gerais, o que tinham em matéria orçamental era um reforço muito considerável das receitas e despesas municipais. Seriam quase cento e vinte e três milhões de euros ao dispor do executivo, para concretizar investimentos prementes, como o novo PEB, a requalificação do mercado municipal, a requalificação do Parque Escolar, o Eixo Desportivo da Rodovia, a Pousada para a Juventude e toda uma nova política de Mobilidade. A juntar a essas grandes infraestruturas, juntava-se a Cidade Europeia do Desporto dois mil e dezoito, ao projeto de Media Arts ligado à Braga Cidade Criativa da UNESCO e à preparação da candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete. Havia, assumidamente, um aumento da despesa corrente, mas que se explicava com dois bons motivos. Para este aumento concorriam, por um lado, as atualizações das remunerações dos funcionários da autarquia, mas também a aposta nos projetos de dimensão internacional assumidos pela Câmara Municipal. Esse investimento desmontava, de uma assentada, duas críticas que se foram ouvindo em anos anteriores. Por um lado, passava a ser claro, que os esforços de contenção na despesa do mandato anterior deram frutos. Havia hoje, felizmente, alguma capacidade para investir nesse tipo de iniciativas, sem pôr em causa a saúde financeira do município. E isso devia-se a um trabalho dedicado, meticoloso e sustentado da equipa de Ricardo Rio. Por outro, tornava clara a vontade e ambição que sempre estiveram na mente do executivo, derrotando qualquer lógica de avareza excessiva ou injustificada, como reclamava a oposição. Ainda nesse âmbito, havia que salientar o reforço sensível de recursos humanos em

domínios como o da Polícia Municipal, bem como da Proteção Civil. “Neste último domínio, saúda-se o anúncio e previsão de criação de um centro de controlo que agregue todas as informações relevantes e permita maior qualidade nas decisões executivas”. Outro dos destaques que o plano e orçamento mereciam era o do novo pelouro da gestão e conservação do espaço público. Era assumido como prioridade o ordenamento do trânsito, o combate aos abusos no estacionamento na via pública, bem como nos acessos ao centro pedonal. E era também sublinhado o reforço do esforço de fiscalização e sancionamento das condutas ilegais, aspeto corajoso e nada eleitoralista. Ao mesmo tempo estava prevista a revisão do sistema de acessos ao centro pedonal, para que se acabasse com um fenómeno que não prestigiava a cidade, nem promovia a sua imagem dentro e fora de portas. Continuando na senda da transparência e da acessibilidade plena à autarquia, a plataforma eletrónica de reporte de anomalias ou problemas na via pública, que estava também prevista para dois mil e dezoito, poderia vir a assumir-se como um precioso meio de aceleração da resposta da autarquia aos problemas, que os cidadãos iam detetando. Sem prescindir da ação fiscalizadora e inspetiva habitual, o executivo passaria a contar com mais um elemento tecnológico de proximidade com os cidadãos e de potenciação das suas competências e responsabilidades. Independentemente das críticas passadas, presentes ou futuras da oposição, havia factos indesmentíveis, que este orçamento revelava. O primeiro e mais relevante prendia-se com o aumento das receitas com impostos, o que traduzia a melhoria da atividade económica no concelho. Por onde quer que se olhasse, fosse na atividade turística, fosse no setor da construção, fosse ainda na atração de investimento estrangeiro, Braga não estava só na moda, Braga estava na primeira linha da recuperação económica do distrito, da região e do país. Como já tiveram oportunidade de referir naquela assembleia, a única constante que podiam

verificar em Braga desde dois mil e treze, quando a recuperação económica começou, era o executivo da Coligação Juntos por Braga. Passaram governos e partidos pelos destinos do país, mas o certo era que Braga soube sempre ser protagonista e não mero espectador no filme da recuperação do país. A sustentabilidade da gestão, que se mantinha e estava refletida na contínua redução dos encargos com a dívida, não limitou os horizontes de quem governava o concelho. Eram vários e estavam, felizmente, a crescer os exemplos de empresas e investimentos, que procuravam Braga para se fixar, para criar riqueza e gerar novos postos de trabalho. Isso só se explicava pelo rigor na gestão, pelo dinamismo na ação e pela confiabilidade que a transparência e proximidade potenciavam junto de instituições e pessoas. O orçamento de dois mil e dezoito era mais um passo na direção certa. Nele se conjugava a aposta na economia com a responsabilidade social, como o comprovava o sector das Funções Sociais, que tinha, no Plano Plurianual de Investimentos, o maior peso relativo, com um investimento de vinte e seis vírgula nove milhões de euros, que correspondia a setenta e oito por cento do agrupamento de aquisição de bens de capital. Ao continuar a conjugar os pergaminhos da responsabilidade intergeracional, sensibilidade social e investimentos de monta, Ricardo Rio cumpria com a palavra dada. “É caso para dizer que os perigosos neoliberais voltaram a fazer das suas e Braga agradece. Por tudo isto é certo, líquido e exigível o voto favorável do grupo parlamentar do PSD ao Plano e Orçamento para dois mil e dezoito”. Depois foi a vez do Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, se pronunciar sobre a matéria ora em discussão, tendo, para o efeito, referido que o Sr. Deputado João Marques leu com muita atenção, e isso era sempre muito bom, tiravam daí muito ensinamento, daquilo que foram intervenções do passado dos vários partidos ali representados na Assembleia Municipal. E citando, também, um

digno elemento daquela Assembleia Municipal, que muito respeitava e admirava, o Sr. Deputado João Granja, dizer que, quando utilizavam os argumentos dos votos, era porque estavam a perder, relativamente aos argumentos políticos. Portanto, hoje, mais do que nunca, efetivamente, queria referir isso, porque as coisas eram assim. Iriam ver se se entenderiam, também, relativamente a algumas matérias, sobretudo numa posição que achava de construção. Todos sabiam, que a mobilidade urbana era de grande importância, para o desenvolvimento e era, também, fator de qualidade de vida e as propostas que lhes foram apresentadas, realmente, para uma mobilidade interna, sustentável, saudável e, também, suave, era, efetivamente, políticas que todos perseguiam, nomeadamente, o Partido Socialista, estava de acordo com a implementação dessas políticas. Mas, e relativamente a um ponto que foi retirado, que era o número sete da ordem de trabalhos, efetivamente, havia, ali, uma contradição muito grande. Ou seja, foi retirado, porque havia mais algum tempo e iria ser posto em discussão pública, mas já foi aprovado em reunião de Câmara e iria ser aprovado, ali, hoje, sem haver, sequer, debate público. Mas houve muito tempo, para que a Câmara Municipal pudesse concorrer ao programa PAMUS. E porquê? Porque era uma das bandeiras do anterior Executivo, a construção de vias pedonais ou vias cicláveis ou mistas. Portanto, nesses quatro anos em que se comprometeram a fazer setenta quilómetros, fizeram, apenas, quatrocentos e trinta e seis metros, junto ao Instituto de Nanotecnologia. E, portanto, esse tempo todo permitiu que a Câmara, cujo projeto foi, aliás, apresentado às Juntas de Freguesia no início do mandato, pudesse ter sido desenvolvido e, hoje, a Câmara Municipal tivesse ideias concretas, relativamente àquela questão, que era de grande importância. A verdade era que, na proposta apresentada, tinha que se ter muito em atenção, relativamente a algumas questões de segurança e até que ponto, aquelas guias

cicláveis serviam as pessoas. As mudanças, relativamente às vivências, que existiam naquela matéria, e, sobretudo, na mobilidade urbana, não se faziam por decreto, nem podiam ser alvo de algum radicalismo. Tinha que haver bom senso e, perceber, que a coexistência entre aquilo que era a circulação automóvel e a circulação pedonal ou ciclável, tinham que ser alvo de um estudo muito atento, que a Câmara Municipal deveria fazer sempre com muita atenção. Algumas das propostas eram redutoras daquilo que era uma vivência normal, que devia ser, naturalmente, minimizada, relativamente àquilo que era a circulação automóvel, enquanto fator de sustentabilidade ambiental, mas, também, de políticas para a saúde. Estavam todos de acordo, mas, também, não via forma como isso estava a arrancar naquilo que era o Plano de Atividades da Câmara Municipal de Braga. Reparassem, estavam em jogo dez milhões de euros, para cerca de setenta quilómetros de vias cicláveis, para uma plataforma de dois a três metros, o que dava setecentos e cinquenta ou quinhentos euros, dependendo da largura da plataforma, por cada metro quadrado. O que era significativo e obrigava, realmente, a um trabalho muito grande, para que tudo fosse feito de acordo com aquilo que era o interesse dos Bracarenses. Mas a verdade, era que em termos de mobilidade e passando das vias cicláveis, para aquilo que era o trânsito urbano, era evidente que, subsistiam grandes bloqueios, em termos de trânsito. Deparavam-se, apenas, com uma pequena verba destinada a um estudo, relativamente à rotunda em frente à Escola Sá de Miranda. E, isso, para dizer o quê? As cidades não se tornavam atrativas, quando o bloqueio de trânsito era significativo e era logo contra a qualidade de vida. E não viam propostas nenhuma, relativamente àquela matéria, com algum significado e com alguma substância. Por isso, poderiam estar a adiar por mais algum tempo, porque as resoluções daquilo que era o trânsito citadino, tinham que ser soluções ajustadas

todos os dias, planeadas e executadas. E parando um ano ou dois anos, era evidente, que era a cidade que sofria. O que viam, hoje, eram constrangimentos cada vez maiores na circulação urbana, que não iria ser resolvido, naturalmente, por aquilo que era a instalação, no futuro, de vias cicláveis ou, até, de pistas autónomas, para o transporte público. Não existia uma grande clarificação naquela matéria e, portanto, isso eram políticas muito importantes, que urgia implementar. Entretanto, também gostava de dizer que, relativamente àquilo que foi dito sobre o Município, amigo das famílias e das crianças, havia uma grande lacuna, ao contrário daquilo que foi dito. Hoje, os alunos com alguma deficiência diversa tinham, naturalmente, problemas, ao nível, sobretudo, do jardim-de-infância e do primeiro ciclo. Recordava, ali, que duma forma insistente, no passado, reclamou apoios para as unidades de autismo existentes no Agrupamento de Escolas Carlos Amarante, nomeadamente, em Gualtar, e nem resposta, sequer, receberam para isso. E a Câmara tinha que estar sensível a essas questões, porque eram questões muito residuais e que a sua resolução iria dar muito conforto e comodidade às famílias que sofriam com os problemas dos seus filhos. Por outro lado, continuava a subsistir uma falha que era muito importante e que deveria estar naquele Plano de Atividades, a questão dos ATL. Todos sabiam que, hoje, as famílias tinham que trabalhar. Não valia a pena ir, ali, encher a boca de que estava a crescer o emprego, havia empresas a instalar-se se, depois, ao casal que trabalhava não fossem dadas condições para que os seus filhos pudessem estar em espaços seguros, depois do período letivo. Essa era uma política, que entendiam ser de grande alcance social e que deveria contemplar aquele Plano de Atividades. Contemplar outras ações, algumas das quais meritórias, naturalmente, mas não contemplar aquilo que estava na base da preocupação dos pais, sobretudo, de casais que trabalhavam e não tinham onde deixar os seus filhos, era uma

preocupação que deveria integrar aquele Plano de Atividades. Razão, por que, naturalmente o P.S. iria apresentar, muito em breve, através dos seus Vereadores da Câmara Municipal de Braga, uma proposta relativamente àquela matéria. Isso era sempre um avanço, até, civilizacional e educacional para os munícipes Bracarenses, sobretudo, para aqueles que tinham filhos. Terminando, gostaria, depois daquele conjunto de atividades que lhes foram propostas, as grandes opções do plano e num plano plurianual de investimentos, onde não estavam bem estruturadas, nem os timings das intervenções, nem a orçamentação das mesmas, perguntar ao Sr. Presidente, no período em que iria dar a informação, o que os Bracarenses poderiam esperar de realizado em julho de dois mil e dezoito. Para terminar, dizer que daquilo que era o respeito que tinham pela autonomia das Juntas de Freguesia e pela liberdade da relação que tinham com o Município de Braga, naquilo que à sua área de freguesia dizia respeito, e como faziam sempre, os Presidente de Junta eleitos pelo P.S., tinham, naturalmente, liberdade de voto para aquela matéria, sendo que interpretavam de forma positiva, respeitando a autonomia das Juntas de Freguesia, e estavam sempre à vontade relativamente àquela matéria. Não eram daqueles que gostavam de condicionar o voto, porque davam a expressão de liberdade aos Presidente de Junta, para votarem da forma que entendessem, tendo em conta aquilo que era a satisfação das suas expectativas, num Plano de Atividades da Câmara Municipal de Braga. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e dois votos a favor; com quinze votos contra e com quatro abstenções**. Usou da palavra o Sr. **Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para, numa **Declaração de Voto**, informar que o B.E. se absteve na votação, o que significava que estariam atentos à execução e ao resultado daquele orçamento, sendo certo, que também motivou a sua abstenção, o facto de ser o primeiro orçamento, que aquela maioria

apresentou, desde que o B.E. regressou à Assembleia Municipal. Aquela declaração de voto servia, também, para aos restantes grupos municipais, especialmente, ao do P.S.D., lembrar que o B.E. esteve ausente daquela Assembleia, durante quatro anos. Não respondia pelo C.E.M.. Respeitava quem lá esteve. Reconhecia o trabalho meritório que o C.E.M. desenvolveu. Simplesmente, o C.E.M. não prestava contas ao B.E., nem o B.E. respondia pelo C.E.M.. Esperava que aquilo fosse uma informação definitiva e que aquela Assembleia tivesse isso em consideração. **PONTO NÚMERO QUATRO – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM REGIME DE CONTA CORRENTE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea f), do número um e número quatro do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo quadragésimo nono, número cinco e artigo quinquagésimo da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, proposta do Executivo Municipal, relativa à contratação de um empréstimo de curto prazo, em regime de conta corrente, para dois mil e dezoito, no valor de cinco milhões de euros, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e cinco votos a favor e com vinte e duas abstenções.** **PONTO NÚMERO CINCO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VIATURA DE SERVIÇO PARA A ÁREA DE PRODUÇÃO, COMUNICAÇÃO E TÉCNICA DO THEATRO CIRCO DE BRAGA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na alínea c), número um, do artigo sexto da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, a proposta do Executivo Municipal, relativa à assunção do compromisso plurianual, para aquisição de serviços de locação de viatura, para a área de produção,

*comunicação e técnica do Theatro Circo de Braga, documento que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e sete votos a favor e com vinte abstenções.** PUNTO NÚMERO SEIS – RECAPITALIZAÇÃO DO MARB - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE BRAGA, S.A..*

*Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, relativa à recapitalização do MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A., que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão a proposta apresentada, começou por usar da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., **PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para, antes de abordar o ponto ora em discussão, dizer ao Sr. Deputado João Marques, que antes ser o fantasma do Natal presente, do que o Mister Grinch que andou a roubar o Natal aos portugueses durante quatro anos. Depois, para dizer que, neste momento, estavam perante uma mera operação financeira, cujo objetivo parecia ser a sobrevivência do MARB. No entanto, apesar das aparentes boas intenções que, aliás, eram a única razão que os levava a absterem-se, permanecia sem resposta uma questão: Como foi possível deixar chegar a este ponto a situação financeira do MARB? Recordavam que o Município tinha uma participação importante no MARB, que com a decisão de hoje iria reduzir-se um por cento, pelo que, era legítimo, que perguntassem, o que andaram a fazer durante estes anos de acumulação de prejuízos. Quem, no município, era responsável pelo acompanhamento e defesa dos interesses municipais no MARB? Sabia ou não do descalabro financeiro? Por que nunca foram prestadas contas aos órgãos municipais? Porque nunca atuaram? A verdade era que hoje foram confrontados com uma solução inevitável, que impunha a quase retirada do município do MARB, de maneira a não absorverem*

os prejuízos, mas isso implicaria também, erradamente, pensavam, a perda de uma posição estratégica num sector crucial para o desenvolvimento local. Mais uma intervenção foi registada, agora pelo **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO**, que disse, que com esta ação de recapitalização do MARB, a Câmara Municipal de Braga, efetuava o seguinte: A CMB detinha cerca de dezasseis por cento do capital social do MARB e passaria a ter cerca de um por cento; A CMB tinha o Presidente da Assembleia Geral e um Administrador e manteria as mesmas posições; A CMB detinha cerca de dezasseis por cento de uma sociedade com capitais negativos e passava a ter um por cento de algo com capital social positivo; A passagem a positivo do capital social do MARB, permitia que o mesmo passasse a ser elegível em termos de candidaturas a fundos europeus; O facto de passar a ter capital social positivo, como se tratava de uma empresa condicionada pelas regras da Par-pública, passava a poder realizar investimentos que são cruciais para o futuro do MARB; No nível de endividamento da CMB entravam na respetiva percentagem, as dívidas das suas participações em empresas, pelo que, com esta alteração, o nível de endividamento da CMB também se reduziria. Dado o exposto em cima, não lhes parecia que houvesse uma perda de protagonismo da Câmara Municipal de Braga, ou de perda de contacto com as políticas/estratégias definidas por este organismo, uma vez que se mantinha uma participação no capital social, embora reduzida, mantendo os mesmos cargos que detinha anteriormente. Com esta estratégia, a Câmara Municipal de Braga, potenciava ainda mais o MARB, libertando para candidaturas, fundamentais para o seu crescimento e implantação, libertando-o de outros condicionalismos constrangedores e espartilhantes. A Câmara Municipal de Braga melhorava o seu nível de não endividamento, permitindo-lhe um melhor funcionamento financeiro e por consequência, um melhor rácio de desempenho

global. Por todas as razões em cima expostas, o Grupo Municipal do CDS-PP, iria votar favoravelmente a recapitalização do MARB, felicitando o Executivo Municipal pela estratégia e posição apresentada neste assunto. A palavra foi depois dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para prestar uma explicação mais técnica do que política, porque o que estavam naquela proposta a apreciar era, praticamente, uma atitude irreversível ou sem alternativas, para salvaguardar a continuidade do mercado Abastecedor, enquanto entidade autónoma, atendendo àquilo que foi o historial acumulado, praticamente, desde a sua constituição. Aquilo não aconteceu no ano passado. Não aconteceu no último mandato. Aconteceu de há vários anos a esta parte. O modelo de gestão e de financiamento do MARB levou a que a sociedade acumulasse um conjunto de prejuízos completamente desmesurados, face àquilo que era o retorno gerado pela sua atividade, com défices operacionais contínuos a agravarem essa mesma situação. Isso, inclusivamente, deu origem, ao longo dos anos, a algumas perdas daquilo que tinha sido a participação original da Câmara Municipal de Braga, que foi, sucessivamente, sendo reduzida ao ponto de ter a expressão que tinha hoje e que justificava, respondendo diretamente ao Arquiteto Pedro Casinhas, que não houvesse um reporte ao Executivo Municipal, uma vez que a participação a tal não obrigava. O Executivo Municipal, este e julgava que todos os anteriores, porque ele próprio chegou a interpelar os anteriores responsáveis e os seus interlocutores no MARB, sobre o desempenho da empresa, estavam sempre disponíveis, para prestar informação, daquela que tinham acesso, na sua participação no MARB, mas a verdade era que não havia essa obrigatoriedade de reporte, como acontecia em relação às restantes empresas em que a Câmara Municipal tinha uma participação. Em todo o caso, a verdade era que aquela situação atingiu um

patamar que punha em causa a sustentabilidade da própria sociedade. Como se poderia verificar, os capitais próprios eram substancialmente negativos e daí que tivesse que desencadear aquela dita operação harmónio, para reduzir o capital, poderem incorporar esses mesmos prejuízos acumulados, apesar de nos anos mais recentes, cumpria, também, assinalar, os resultados operacionais serem positivos. Ou seja, a empresa conseguir financiar os seus custos de funcionamento, não conseguir era compensar os encargos financeiros, que tinha acumulados, por força da dívida, que antes foi contraída. E, portanto, com aquela situação, como muito bem lembrava o Deputado Gonçalo Castro, também se conseguia libertar a empresa desse fardo, conseguia voltar a estar apta a candidatar-se a financiamentos, para os investimentos, que tinha que concretizar na melhoria do equipamento. E a verdade era que a Câmara Municipal, naquela operação, não estava a perder nada de diferente daquilo que foi perdendo ao longo dos anos. Apenas o estava a formalizar, ao reduzir a sua participação, para aquilo que era o valor efetivo, que ela tinha do ponto de vista económico, naquele momento. E, portanto, poderiam ter optado por prescindir, até, daquela participação, por alienar, porque havia, também, essa possibilidade, a participação residual, que agora tinham ao SIMAB, mas a verdade, era que entenderam, que havia interesse em manterem aquela ligação estratégica. Primeiro, porque o MARB era um equipamento que, para eles, tinha uma importância relevante e que queriam continuar a acompanhar o seu desempenho. Segundo, porque independentemente daquilo que era o MARB, enquanto estrutura autónoma, tinham vindo a trabalhar, também, em colaboração direta com os responsáveis da SIMAB, para os acompanharem naquilo que era o desenvolvimento do novo projeto de gestão do Mercado Municipal que, como sabiam, iria ser remodelado e que teria um novo modelo de gestão em que o SIMAB lhes iria dar, também, apoio na implementação

desse mesmo modelo. E, portanto, daí essa ligação, que sendo residual, era estratégica e mantinha aquela colaboração, também, com o MARB. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e seis votos a favor e com vinte abstenções.** **PONTO NÚMERO SETE – PRIMEIRA FASE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS REDES PEDONAL/CICLÁVEL E INSERÇÃO URBANA DO TRANSPORTE PÚBLICO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, os projetos para a primeira fase da implementação das redes pedonal/ciclável e inserção urbana do transporte público, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos. **PONTO NÚMERO OITO – CONTRATOS-PROGRAMA RELATIVOS ÀS EMPRESAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do número cinco, artigo quadragésimo sétimo da Lei número cinquenta barra dois mil e doze, de trinta e um de agosto, os contratos-programa e respetivos pareceres prévios das seguintes empresas municipais: TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga - EM; BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga – EM; IB – Agência para a Dinamização Económica, EM e Theatro Circo de Braga, E.M, S.A., para o ano de dois mil e dezoito, documentos que se dão como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta votos a favor e com vinte e seis abstenções.** **PONTO NÚMERO NOVE – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA BRAVAL – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, relativa à alteração dos Estatutos da Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., que se dá por

reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Para dar início à discussão desta matéria, usou da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para referir que por imposição legal, as administrações das empresas municipais tiveram que cumprir a lei da paridade, que criou alguns desconfortos no município. O caso mais flagrante, apesar do afastamento do Engenheiro Baptista da Costa – sempre tido como o grande especialista da mobilidade, mas que acabou corrido da TUB – era o da administração da AGERE: empresa com cinquenta e um por cento de capital social detido pela CMB que, embora tivesse passado um mandato inteiro a elogiar o trabalho e o contributo do seu administrador executivo abdicou dele na negociação com os privados, que embora tivessem menos peso na participação da empresa e devessem, por isso, ter menos peso nas decisões de administração da mesma (embora Ricardo Rio enquanto vereador da oposição quisesse ir mais longe na privatização, como era sabido), tiveram a última palavra no que respeitava à escolha do seu administrador executivo, deixando a Câmara sem alternativa, provando, uma vez mais, que quem mandava na AGERE era o consórcio privado. Para resolver o problema, a maioria encontrou solução na presidência do conselho de administração da AGERE, substituindo o Presidente da Câmara pelo ainda administrador executivo da AGERE. No entanto, a solução encontrada tinha um problema, uma vez que a presidência do Conselho de Administração da AGERE não era remunerada. E como estava bom de ver, o Dr. Rui Morais, apesar do "amor à camisola", não estava ainda rendido ao regime de voluntariado. Assim, tornou-se necessário um plano B. Desta feita, à boleia da "já prevista" alteração estatutária na Braval – sobre a qual também se estranhava a demora, uma vez que passou todo um mandato sem que visse a luz do dia – resolviam-se dois problemas de uma só vez. Arrumava-se com os poderes do diretor-geral da

*empresa, resquícios de decisões passadas de Mesquita Machado, e, em simultâneo, criava-se a figura de administrador executivo, que servia que nem uma luva a pretensão de pagar os cuidados serviços do Dr. Rui Morais na AGERE. “Se afinal o gestor público da AGERE era tão bom, porque não insistiu a CMB, fazendo uso do seu poder maioritário naquela empresa municipal, para que continuasse como administrador? Se os bons resultados da empresa se devem a esta escolha, porquê dar tantas voltas para manter um administrador com responsabilidades numa empresa (AGERE), mas a ser pago por outra (BRAVAL)? Há quem diga que nem sempre o que parece é, e há claramente quem se aproveite dessa máxima para tentar atirar areia para os olhos de quem os mantém bem abertos. O Fantasma do presente o que faz, caro Deputado João Marques, é relatar os factos da realidade, apenas isso. Mas o que aconteceu aqui foi fingir, que o que parece não é, e que quem expõe o descaramento é quem sofre de uma qualquer patologia crónica, quando nos limitámos a destapar o véu e mostrar que os “boys will be boys”. Interveio de seguida o Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para inicialmente dizer que, relativamente à cedência de tempo de intervenção, por parte de outras forças políticas, o B.E. não tinha vocação para estender a mão à caridade. E, das duas uma, ou aquela Assembleia resolvia o problema dos tempos de intervenção, ou o B.E., acabando o seu tempo, abandonava a Assembleia Municipal e, depois, os cidadãos que resolvessem o problema. Relativamente à matéria em discussão, também não eram burros e percebiam as coisas. Simplesmente, restavam-lhes algumas dúvidas e o que entendiam era que o material que lhes foi dado, os documentos de suporte a fundamentar aquela questão, limitaram-se à nova redação do artigo. Ou seja, nem sequer os estatutos lhes foram enviados e tiveram que os procurar na internet. Portanto, aquilo que foi, ali, fazer era requerer ao Sr. Presidente da Câmara que*

transmitisse àquela Assembleia qual era a fundamentação, por parte do Executivo Municipal, sabendo que a Agere era sócio maioritário da Braval, o que significava que estavam a jogar no mesmo tabuleiro. Mas gostariam de ouvir da boca do Sr. Presidente da Câmara, qual era a fundamentação para aquele tipo de alteração aos estatutos? Registou-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dizer que, achava que o Sr. Deputado António Lima tinha que ficar preocupado, quando todos lhe cediam o tempo. Se calhar era sintomático da apreciação que fazia dalgumas intervenções. Não foi por esse motivo que o cederam, porque, obviamente, achavam que todas as questões sobre aquela matéria eram relevantes e, naquele caso concreto, a sua foi muito pertinente, porque levou, de facto, para o centro da questão, aquilo que estavam a discutir e não aquele oportunismo dialético que ali foi levado pelos Deputados da CDU e que, também, já abordaria. O que estava em causa naquela proposta, era uma revisão estatutária, que julgava que não haveria, seguramente, ninguém, naquela sala, que pudesse na sua razoabilidade discordar, que era atribuir a responsabilidade de gestão executiva de uma empresa em que, neste caso, não era a Câmara, mas uma empresa municipal, que detinha uma participação qualificada, aos representantes nomeados pela Câmara Municipal ou por essa mesma empresa. Passavam a ter, com aquela proposta de alteração dos estatutos, não uma gestão executiva, a cargo de um funcionário da empresa, mas sim uma gestão executiva a cargo de um administrador, fosse ele presidente, ou não, que era designado pelo acionista maioritário ou pelo conjunto dos acionistas, naturalmente, tinha que haver um consenso alargado, que, neste caso, era a própria Agere. E a proposta que estava, ali, a ser discutida, era apenas essa. Causava-lhe muita estranheza, que a CDU achasse, que deveria ser um funcionário a determinar a gestão

executiva da empresa e não a administração de uma empresa, porque era isso que estavam a discutir. Obviamente, que se não fosse aprovada aquela alteração dos estatutos, não haveria a designação dos administradores. E, portanto, utilizar a designação ou os administradores designados, para criticar a proposta que estava em discussão, que era, obviamente, a discussão dos estatutos e da forma que os estatutos consignavam à designação dos administradores, era de um aproveitamento político pouco sério, que lhe parecia que tinha que ser, ali, claramente, desmascarado. Não se fez antes, porque se entendeu que não era o momento correto para fazer essa alteração, até, porque, não seria, seguramente, a um ano das eleições, quando essa questão foi suscitada, que se estariam a nomear administradores para o mandato. Não faziam isso e, portanto, naturalmente, que se entendeu que se deveria esperar pela realização das eleições e uma vez eleitos os órgãos autárquicos, nomeadamente, porque estava a falar de uma empresa intermunicipal, não era uma empresa detida pela Agere, não era uma empresa detida, exclusivamente, pela Câmara Municipal de Braga. E, portanto, necessariamente, que a empresa, os acionistas, os novos autarcas eleitos, poderiam decidir não só sobre a alteração estatutária, que já estava perfeitamente definida, que iria ser implementada, mas, nomeadamente, por aquilo que ela acarretava que era a designação de um novo conselho de administração e nesse conselho de administração a designação de um administrador executivo. O Dr. Rui Morais, que teve, de facto, um trabalho notável, enquanto administrador da Agere, para quem o considerou uma opção de amiguismo, achava que os Bracarenses lhe estavam, de facto, reconhecidos, porque ao longo destes últimos quatro anos, as IPSS's passaram a pagar menos doze e meio por cento na fatura da água. As Juntas de Freguesia passaram a pagar menos vinte por cento. As famílias numerosas, menos cinquenta por cento e, até, pasmassem-se, com a redução que, agora, se iria

concretizar, mais dois e meio por cento da tarifa da água. O valor que era pago, por cada Bracarense, em termos nominais, nem era preciso invocar o confronto com a inflação registada ao longo dos últimos quatro anos no país e, obviamente, que repercutiria nos preços nacionais, também, ali, finalmente, com aquela nova redução, até o desígnio do Partido Comunista de a água, hoje, ser mais barata do que quando foram eleitos, passava, também a concretizar-se. Não só eram uma das águas mais baratas da região e do país, não só eram uma das águas com mais qualidade no serviço e na qualidade do produto que era entregue à população, como, inclusivamente, até, já tinham, a partir de janeiro, uma água mais barata do que aquela que pagavam em outubro de dois mil e treze. Estava a cumprir sua missão, era assim que queriam, também, gerir as empresas municipais. O Dr. Rui Morais foi um excelente pilar para esse desempenho, porque conseguiu emagrecer os custos não foi a sobrecarregar os Bracarenses como, aliás, também, o aumento das receitas fiscais não era a pôr os Bracarenses a pagar mais, por taxas que pagavam, era, sobretudo, a pôr aqueles que tinha que pagar, a pagar e também, ali, assim, era com base numa redução de custos, que se conseguiu esse desempenho da Agere e um agravamento dos lucros registados e com esse agravamento criar a folga, para reduzir o tarifário, o que acontecia pela primeira vez em muitos e muitos anos. Dito isso, obviamente que continuavam a designar, para cada uma das empresas municipais, ou aquelas em que tinham participação, pessoas competentes, cumprindo a lei, fossem elas paritárias ou não, ao abrigo daquilo que estava, neste momento, em vigor. Eram pessoas que, mais uma vez, voltava a dizer, não era, obviamente, o caso do Dr. Rui Morais, que não tinha como pressuposto dessa nomeação, porque era uma pessoa que estava vinculada ao PSD e que toda a gente o reconhecia e o associava como tal, mas se percorressem o resto das administrações municipais, havia uma parcela

*esmagadora dos próprios administradores, que nem sequer conseguiriam identificar com rigor qual era a sua conotação política extra municipal e extra contexto atual e, isso, precisamente, porque o seu critério sempre foi esse, designar pessoas capazes, pessoas à altura das responsabilidades e pessoas que pudessem implementar as suas estratégias, para cada uma das empresas, que eram fundamentais para o serviço prestado à população. Naquele caso, o Dr. Rui Morais, iria ser o Presidente Executivo da Braval. Iria ser, simultaneamente, Presidente não Executivo na Agere, sem competências diretas de gestão, sem pelouros atribuídos, como decorria da função e sem, obviamente, sem remuneração e, tal como no passado, acumulou aquilo que foi a sua administração da Agere, com a administração, que, também, mantinha na SEGEB, que era outra empresa participada pela Câmara Municipal, em que ele era o administrador representante. Era um “papa tachos”. Era muito capaz e, portanto, tinha essa polivalência, o que o levava ao ponto de partida da sua intervenção. O que estavam ali a discutir, não era a nomeação do Dr. Rui Morais, era a alteração dos estatutos da Braval, para viabilizar a designação do administrador executivo, por parte da Agere ou por parte da Câmara Municipal, enquanto sócio maioritário da Agere. E era isso que os Senhores Deputados iriam ter que decidir a partir daquele momento. Registou-se, depois, a intervenção da **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para muito rapidamente esclarecer e deixar, ali, claro, que, em primeiro lugar, parecia que tudo de bom que aconteceu na Agere, devia-se única e exclusivamente ao Dr. Rui Morais, mas como ele iria sair, não sabia o que iria acontecer, a taxa da água, provavelmente, iria subir, de acordo com o cenário, que o Presidente da Câmara, ali, lhes anunciou. Em segundo lugar, não se iria sequer estender muito naquela explicação, porque achava que ficou bastante claro, por todas as tentativas de explicação do Sr. Presidente da Câmara,*

que o que estavam a votar, hoje, sim, era a nomeação do Dr. Rui Morais, como Administrador Executivo ou como Presidente Executivo ou como quisessem chamar-lhe da Braval, duma empresa municipal, para poder continuar a exercer os seus cargos, mas que, de outra forma não poderiam ser remunerados. Ou seja, como há pouco a sua camarada Carla Cruz dizia, era de facto, um fato à medida e se assim não fosse, o Sr. Presidente não tinha necessidade de ter feito toda a sua demagogia, essa sim, demagogia, que ali foi fazer. “ A nós não nos engana e, provavelmente, aos Bracarenses também não e deixamos muito claro que o nosso sentido de voto é contra, porque fingir que o que estamos aqui a fazer é apenas um ato técnico de gestão de uma empresa, que podia sim, não só fazer-se no ano anterior às eleições. Houve muitas coisas que foram feitas no ano eleitoral, Sr. Presidente. Por isso, não me venha dizer, que esta maioria no Executivo teve algum tipo de pejo de criar e de investir e de anunciar medidas, durante o período eleitoral, para não confundir as coisas”. Portanto, se era uma alteração tão fácil, tão prática, tão simples de fazer, então, ela tinha sido feita hoje. Não deixava de ser coincidência e depois ficava na consciência de cada um perceber e querer aceitar a areia nos olhos ou não, que depois daquela alteração de lei, em que foi possível retirar ou não e manter ou não aquele excelente administrador, nas palavras do Sr. Presidente, se era assim tão bom, porque não ficou na Agere? Porque não insistiu que ele fosse administrador executivo na Agere e que, os privados, indicassem a mulher para cumprir a paridade? A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para fazer uma questão prévia e que estavam a pensar fazer sob a forma de um ponto de ordem, mas uma vez que aquela questão foi suscitada e que pediu a palavra para intervir, não queria deixar de o fazer. Para dizer que, relativamente aos tempos, era importante que não passasse a ideia que o Sr. Deputado António Lima, que era

injustiçado, que não o deixavam falar, que não podia falar. Aquele tipo de problema já foi discutido ao longo de muitos anos em Conferência de Líderes e nas Comissões que reviram o Regimento daquela Assembleia, e era importante que ficasse claro, que o problema do Deputado António Lima e do Bloco de Esquerda era um problema de votos, não era um problema de tempo. Porque, a partir do momento em que havia grelhas, as grelhas tinham que ser distribuídas em função do peso dos interventores. E era importante que se dissesse, que os partidos menos representados, tinham mais tempo, do que aquilo a que proporcionalmente tinham direito. Havia dois partidos naquela Assembleia, que cediam tempo na proporção, para que os outros tempos mínimos ficassem preservados em todas as grelhas, que era o PSD e o PS. Já era assim no tempo do Engenheiro Mesquita Machado e no tempo do Dr. António Braga, na altura em que se discutiu aquela matéria, que não foi pacífica, que deu muita polémica, mas que, apesar de tudo, gerou o equilíbrio possível e alguma disciplina e ordem, que naturalmente tinha quotas de sacrifício, que obrigava a que cada um não falasse o tempo que queria, porque para que aquilo estivesse organizado, tinha que obedecer a um mínimo de regras. O que não significava, que sempre que houvesse tempo disponível, quer dos Presidentes de Junta Independentes, quer dos outros partidos, nunca ninguém foi, ali, silenciado, nem deixou de usar da palavra, em relação a questões fundamentais. Achava que era justo que aquilo ficasse dito, para que ficasse claro, que ninguém, ali, estava a injustiçar aquela ou outra força política, por uma razão ou por outra, porque a única motivação, que obrigou àquela situação, foi aquela que acabou de expor. Relativamente ao tema que ali foi presente, iria, apenas, sublinhar, ali, duas coisas. Não estavam a discutir, ali, o perfil do Dr. Rui Morais. E tanto não estavam, que ninguém apresentou nenhuma limitação ou algum aspeto de menos capacidade ou de menos competência, a um gestor de méritos reconhecidos, que já

vinha da sociedade civil com essa competência. Não era um quadro partidário nomeado para a função. Era uma pessoa com experiência, com o currículo, com o percurso, com diversidade e pedia desculpa, mas se tivesse que fazer apelo da sua formação, fá-lo-ia com cuidado, para lhes dizer, que os resultados de gestão da Agere dos últimos anos, tecnicamente, eram excelentes. E só os resultados conseguidos, ao nível da gestão, daquilo que se conseguiu ao nível dos preços, junto dos fornecedores, deram, de facto, margens de milhões de poupança e era a geração daquele tipo de lucro, que permitia retornar para os cidadãos, para as famílias numerosas, para as Juntas de Freguesia, para as IPSS's, os apoios que hoje tinham. E, por isso, era importante que aquilo ficasse claro, que quando se faziam ataques políticos, as pessoas não suscitaram e julgava que não tinham margem para suscitar, com falta de competência técnica à pessoa de quem ali estavam a falar. Por isso, se quisessem diabolizar o personagem no plano político, achava que, pelo menos, no plano técnico, nada disso foi suscitado. Era importante que se realçasse e havia uma competência reconhecida e um mérito reconhecido nas funções que tinha desempenhado, dentro e fora das funções públicas, ao longo do seu percurso profissional. Uma segunda nota, para dizer o seguinte: “quem governa tem o direito a organizar-se. Tem o direito a organizar-se como muito bem entende, de acordo com os seus calendários e com as suas opções. No caso do ajuste dos estatutos eu iria mais longe. É que o acerto desta arrumação, é transferir competências de um diretor executivo, para onde devem estar, que é na administração. Porque há atos que foram desempenhados ao longo dos anos por um diretor executivo com estas características, que não faz sentido. E nós dissemo-lo aqui, quando isto foi criado. Isso sim, um fato à medida para prever aquilo que acabaria por acontecer e como os factos vieram a confirmar. Eu gostaria de não vir dizer isto, mas posso até dizer mais, se alguém tiver curiosidade em que eu

*desenvolva o dossier. Porque, de facto, estar acometida à administração a responsabilidade de fazer as opções pela governação da casa, era aquilo que era normal acontecer nestas organizações. E é isso que é conforme com a lei e com o bom senso. Mas, mesmo que o não fosse, há um direito de quem ganha eleições e que governa o Executivo, que é definir as regras e as linhas com que se cose. É aquilo que estamos a assistir”, rematou o interveniente. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e seis votos a favor; com oito votos contra e com dezassete abstenções**. Registou-se ainda a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MEGALÃES LIMA**, para, numa **Declaração de Voto**, referir que o BE pediu a explicação ao Sr. Presidente e votou contra. Quanto à intervenção do Deputado João Granja, teriam oportunidade de falar mais vezes, porque não era assim. Se a eletricidade fosse distribuída na mesma proporção, o Bloco de Esquerda iria ficar às escuras na maior parte do tempo na Assembleia e pensava que isso não foi submetido à votação dos munícipes. Era um argumento que só aceitava, de facto, quem não quisesse utilizar a razão. Para dizer que, para o Bloco de Esquerda, foi difícil votar naquele ponto da ordem de trabalhos, por uma razão muito simples. Nada teria se o Executivo levasse, ali, uma alteração estatutária, sem nome, previamente indicado, para ocupar o lugar. Isso criava alguns anticorpos e fazia-lhes compreender a razão dos outros membros da Assembleia, que ali intervieram. De forma que “homem prevenido vale por dois” e portanto, lá estariam para em devido tempo fazer o julgamento necessário. **PONTO NÚMERO DEZ – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de*

setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de quatro e de dezoito de dezembro do em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesia de Figueiredo, para a execução da obra denominada “Colocação de tubos de águas pluviais na Travessa do Pinheiro do Bicho”, no montante de dois mil seiscentos e oitenta e três euros e oitenta e sete cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, para a execução da obra denominada “Requalificação do largo de Ruães”, no montante de dois mil e catorze euros; Três - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Calçada do Outeiro – Este São Mamede”, no montante de três mil oitocentos e trinta e três euros e vinte e seis cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente) para a execução da obra denominada “Rua do Monte – segunda fase – trabalhos não previstos em projeto”, no montante de vinte e quatro mil seiscentos e trinta e quatro euros e quarenta cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, para a execução da obra denominada “Requalificação da praça Manuel Fernandes da Silva – pavimento no parque infantil e geriátrico”, no montante de três mil cento e oitenta euros; Seis - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, para a execução da obra denominada “Requalificação da praça Manuel Fernandes da Silva – cantoneira”, no montante de mil cento e quarenta e quatro euros e oitenta cêntimos; Sete - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, para a execução da obra denominada “Construção de muro de suporte na horta de Lamações”, no montante de mil e seiscentos euros e sessenta cêntimos; Oito - União de Freguesias de Guisande e Oliveira São Pedro, para a execução da obra denominada “Correção das curvas da rua do Termo à rua da Oliveira – Oliveira São Pedro”, no montante de doze mil quinhentos e setenta e dois euros e cinquenta

cêntimos; Nove - Junta de Freguesia de Tadim, para a execução da obra denominada “Substituição de armários de eletricidade”, no montante de quatro mil euros euros; Dez - Junta de Freguesia de Tadim, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua General Humberto Delgado à rua Luís de Camões”, no montante de cinco mil e oitenta e oito euros. Registou-se a intervenção da **Sr.^a Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para chamar a atenção de um aspeto, que antontem na Assembleia de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações foi identificado, que tinha a ver com um erro de cálculo do valor final dos dois contratos interadministrativos. O IVA foi mal calculado sobre o valor base. O que lhes explicaram na Assembleia de Freguesia, segundo a **Sr.^a Presidente** que, infelizmente, hoje, não pode ali estar para o atestar era que o valor base era o que estaria correto e, portanto, o valor que constava naquele contrato interadministrativo, que era o cálculo errado do IVA, tinha que ser reajustado pelo cálculo certo. Para alertar para esse facto. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções do B.E.** Interveio a **Sr.^a Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para, numa **Declaração de Voto**, fazer um reparo, que tinha a ver com o seguinte: sentiam que para a Assembleia Municipal decidir e cumprir, exatamente, a sua função deliberativa, nomeadamente, aprovar contratos, precisava que os Deputados tivessem na sua posse toda a informação relevante. Em concreto, as solicitações e os pareceres, de modo a que a aprovação fosse com base no total conhecimento, até por razões de transparência e de salvaguarda de trabalho desenvolvido pelas Juntas. As minutas de contratos que chegam às mãos dos Deputados, não tinham, então, os tais pareceres técnicos e remetiam para informação que não constava para apreciação. Tanto quanto conseguiam vislumbrar, e ficava, ali, enfim, um apelo, um desejo, seria só necessário adicionar mais três páginas aos processos

que acompanhavam os contratos interadministrativos. **PONTO NÚMERO ONZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte de novembro, de quatro e de dezoito de dezembro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, no âmbito da “Quarta Semana do Mundo Rural”, primeiro prémio, no valor de quinhentos euros; Dois - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), no âmbito da “Quarta Semana do Mundo Rural”, segundo prémio, no valor de trezentos e cinquenta euros; Três - Junta de Freguesia de Figueiredo, no âmbito da “Quarta Semana do Mundo Rural”, terceiro prémio, no valor de cento e cinquenta euros; Quatro - Junta de Freguesia de Priscos, destinado a apoiar a execução da obra denominada “Requalificação da sede da Junta”, no valor de cinco mil quatrocentos e trinta e um euros e noventa e sete cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, destinado a apoiar a execução da obra denominada “Substituição de canalização de água – Fonte – (Tanque) de Silvães, Lamações, no valor de quatro mil novecentos e sessenta e um euros e trinta e cinco cêntimos; Seis - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a execução da obra denominada “Reconstrução de minas de água, centros de recolha danificados nos incêndios de quinze de outubro”, no valor de quinze mil trezentos e setenta e seis euros e cinquenta cêntimos; Sete - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado a apoiar a aquisição de equipamento (frigorífico), no valor de quatrocentos e cinquenta euros. Postas à votação foram as referidas propostas

aprovadas por unanimidade. PONTO NÚMERO DOZE - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS DO CONCELHO NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Submete-se à Assembleia Municipal o ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, informando que com vista à constituição do Conselho Municipal de Educação se torna necessário que este órgão municipal proceda à eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação das freguesias do concelho. A SRA. PRESIDENTE DA MESA informou da existência de **uma lista**, designada por A, propondo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Victor, Ricardo Jorge Pereira da Silva, como representante efetivo e o Sr. Presidente da União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, José Oliveira da Silva, como representante suplente. Posta à votação foi a referida lista **aprovada com cinquenta e oito votos a favor; com dez votos brancos e com três votos nulos.** **PONTO NÚMERO TREZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS.** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO CATORZE – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), número dois, artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para

*produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos três, quatro, cinco, seis, oito, nove, dez, onze e doze de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às zero horas e trinta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e nove de dezembro, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*

